



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO**



ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ALBUQUERQUE OMENA

**MAPEAMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DOS TERRITÓRIOS
DA CIDADANIA DE SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2019**

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ALBUQUERQUE OMENA

**MAPEAMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DOS TERRITÓRIOS
DA CIDADANIA DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Venceslau Bitencourt

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

O55m

Omena, André Luiz Rodrigues de Albuquerque
Mapeamento das ações ambientais no âmbito dos territórios da cidadania de Sergipe / André Luiz Rodrigues de Albuquerque Omena ; orientador Daniela Venceslau Bitencourt. – São Cristóvão, SE, 2019.
83 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Territorialidade humana. 3. Territórios da cidadania. 4. Políticas públicas. 5. Sergipe (SE). I. Bitencourt, Daniela Venceslau, orient. II. Título

CDU: 502/504:323(813.7)

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ALBUQUERQUE OMENA

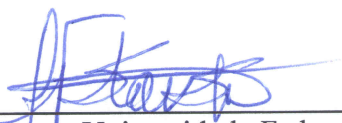
**MAPEAMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DOS TERRITÓRIOS
DA CIDADANIA DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em 18 de Fevereiro de 2019



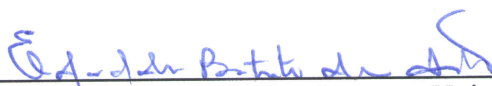
Prof^a. Dr^a. Daniela Venceslau Bitencourt – Universidade Federal de Sergipe
Presidente – Orientadora



Prof. Dr. Inaja Francisco de Souza – Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno

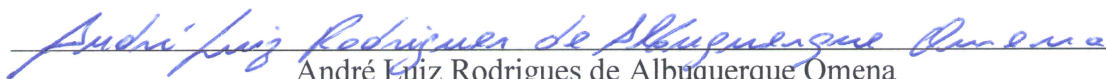


Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Barreto Andrade – Universidade Tiradentes
Examinadora Externa



Prof. Dr. Edinaldo Batista dos Santos – Universidade Tiradentes
Examinador Externo

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



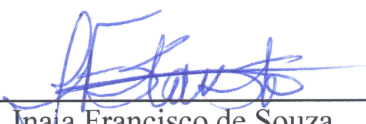
André Luiz Rodrigues de Albuquerque Omena

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS



Prof.ª Dr.ª Daniela Venceslau Bitencourt

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

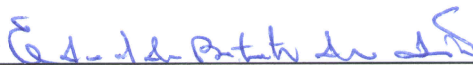


Prof. Dr. Inaja Francisco de Souza

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

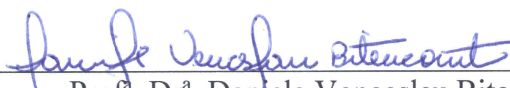


Prof.ª Dr.ª Isabel Cristina Barreto Andrade
Universidade Tiradentes



Prof. Dr. Edinaldo Batista dos Santos
Universidade Tiradentes

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Prof.^a. Dr.^a. Daniela Venceslau Bitencourt

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

“O debate ganha força nas rodas dos encontros do Colegiado do Território da Cidadania, onde foi discutida a ideia e sendo acolhida, portanto, como uma ação territorial”.

(Extraído da Cartilha Ervas Medicinais Saber e Práticas no Fazer Feminino)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de chegar até aqui, tendo me dado forças para atingir os objetivos pretendidos, mesmo em meio às dificuldades que surgiram durante a trajetória.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Sinto-me orgulhoso e privilegiado por ter ao meu lado pessoas tão especiais.

À minha esposa Fabiana, pela compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigado por permanecer ao meu lado mesmo sem a atenção devida e os momentos de lazer perdidos.

Ao meu filho Guilherme, pela inspiração e motivação para que a cada dia procure dar o melhor de mim em tudo o que faço. Te amo, filhão!

Aos amigos pela torcida, foi fundamental para que esse sonho se transformasse em realidade.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Daniela Venceslau Bittencourt, pelo profissionalismo, dedicação e pelas palavras de incentivo. Obrigado por acreditar no meu potencial!

À Coordenadora do Prodema, Prof.^a Dr.^a Maria José Nascimento Soares, pelas sugestões apresentadas ao trabalho, importantíssimas para o desenvolvimento da temática. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio.

Aos membros da banca examinadora, Prof Dr. Edinaldo Batista dos Santos, Prof. Dr. Inajá Francisco de Souza e Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Barreto Andrade, que gentilmente aceitaram participar e contribuir com a versão final desta dissertação.

Aos Professores do curso de Mestrado, pela competência e todo o conhecimento compartilhado.

Aos funcionários do Prodema, pela presteza e atenção que nos foi dispensada em todos os momentos.

Aos colegas de turma, pelo convívio, amizade e apoio demonstrado.

À CAPES pelo apoio financeiro, em forma de bolsa, concedido na fase inicial desta pesquisa.

Por fim, agradeço àqueles que direta ou indiretamente torceram pelo meu sucesso. A todos vocês o meu muito obrigado!

RESUMO

Lançado no ano de 2008, o Programa Territórios da Cidadania foi concebido como uma estratégia para o alcance do desenvolvimento regional sustentável e a garantia de direitos sociais. Voltado às regiões mais pobres do país, toma como base a integração entre as três esferas governamentais e a sociedade, mediante a construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). O estado de Sergipe conta com quatro Territórios da Cidadania (Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano). Entretanto, sente-se a falta de dados que possam revelar os resultados alcançados pelo programa em nível estadual, especialmente no que diz respeito à contribuição na esfera ambiental, com fins a um modelo de desenvolvimento rural pautado na sustentabilidade. Diante dessa realidade, pretendeu-se avaliar em que medida a dimensão ambiental encontra-se contemplada nos PTDRS dos Territórios da Cidadania de Sergipe. A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, adotou o enfoque exploratório sendo consubstanciada com as informações obtidas nas entrevistas realizadas junto a representantes dos Colegiados Territoriais, na observação participante, nos relatórios de execução do programa e na literatura utilizada como referência para o estudo. Os dados obtidos permitem afirmar que a questão ambiental se configura um grande desafio para que as ações desenvolvidas nos Territórios da Cidadania de Sergipe se estabeleçam sobre bases sustentáveis, assim como preceitua o programa. Apesar dos avanços alcançados no que se refere à gestão social do território, mediante o empoderamento e participação ativa da sociedade, tanto nos debates quanto nas proposituras, os mecanismos de controle das ações ambientais por parte da sociedade civil nos Territórios da Cidadania de Sergipe ainda carecem de melhorias, com intervenções mais qualificadas.

PALAVRAS-CHAVE: sustentabilidade; colegiados; políticas; planos; sistêmico.

ABSTRACT

Launched in 2008, the Citizenship Territories Program was conceived as a strategy for achieving sustainable regional development and guaranteeing social rights. Focused on the poorest regions of the country, it is based on the integration between the three governmental spheres and society, through the construction of a Territorial Plan for Sustainable Rural Development (PTDRS). The state of Sergipe has four Territories of Citizenship (Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Occidental and Sergipano South). However, there is a lack of data that could reveal the results achieved by the program at the state level, especially with regard to the contribution in the environmental sphere, with a view to a sustainable development model of rural development. In view of this reality, it was intended to assess to what extent the environmental dimension is contemplated in the PTDRS of the Sergipe Citizenship Territories. The qualitative and quantitative research adopted the exploratory approach and was based on the information obtained from the interviews with representatives of the Territorial Colleges, participant observation, program execution reports and the literature used as reference for the study. The data obtained allow us to affirm that the environmental question poses a great challenge for the actions developed in the Citizenship Territories of Sergipe to be established on a sustainable basis, just as the program prescribes. In spite of the advances achieved in the social management of the territory, through the empowerment and active participation of society, both in debates and proposals, the mechanisms of control of environmental actions by civil society in the Citizenship Territories of Sergipe still lack with more qualified interventions.

KEYWORDS: sustainability; collegiate; policies; plans; systemic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O CURSO DA PESQUISA	5
1.1 Métodos e Técnicas	7
1.2. Caracterização da Área de Estudo	10
1.3 Territórios da Cidadania de Sergipe	11
1.3.1 Território da Cidadania Alto Sertão	13
1.3.2 Território da Cidadania Sertão Ocidental	16
1.3.3 Território da Cidadania Baixo São Francisco	18
1.3.4 Território da Cidadania Sul Sergipano	19
2 A NATUREZA DO ENFOQUE TERRITORIAL	22
2.1 Processo de Formação dos Territórios da Cidadania	26
3 O PAPEL DOS COLEGIADOS NA GESTÃO DOS PTDRS	33
3.1 Importância dos PTDRS	35
4 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CATALISADORAS PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	37
4.1 A Abordagem Ambiental nas Políticas Públicas Voltadas ao Desenvolvimento Territorial	39
4.2 O Viés da Sustentabilidade no Contexto do desenvolvimento Territorial	40
5 DESAFIOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL NOS PTDRS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM SERGIPE	47
5.1 Território da Cidadania Alto Sertão	54
5.2 Território da Cidadania Sertão Ocidental	58
5.3 Território da Cidadania Baixo São Francisco	61
5.4 Território da Cidadania Sul Sergipano	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICES	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP - Área de Preservação Permanente

ARL - Áreas de Reserva Legal

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATSA - Assessoria Técnica Social e Ambiental

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

Cedr - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural

Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CIAT - Comissão de Instalação das Ações Territoriais

Codeter - Colegiado de Desenvolvimento Territorial

Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Cmdr - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CT - Colegiado Territorial

Deagro - Departamento Agropecuário de Sergipe

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Emdagro - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Feacom - Federação das Associações Comunitárias de Porto da Folha

Fetase - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe

GT - Grupos de Trabalho

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFS - Instituto Federal de Sergipe

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MCP - Movimento Camponês Popular

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIN - Ministério de Integração Nacional

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAIS - Produção Integrada e Sustentável
PDBR - Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PFAC - Plano de Formação para Autogestão do Colegiado
PPA - Planejamentos Plurianuais
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronat - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
Pronese - Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe
PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária
PTC - Programa Territórios da Cidadania
PTDRS - Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAC - Sistemas Concretos de Ação
SACO - Sociologia da Ação Coletiva Organizada
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
SASAC - Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural
Sead - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura
SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFS - Universidade Federal de Sergipe
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Territórios da Cidadania em Sergipe	10
Figura 2 – Organograma de Gestão do PTC	30
Figura 3 – Políticas públicas Federais, com forte relação com os Projetos Estratégicos da dimensão ambiental dos PTDRS	46
Figura 4 – Ações ambientais contempladas no TC Alto Sertão	54
Figura 5: Reunião do Colegiado Territorial Alto Sertão	57
Figura 6 – Ações ambientais contempladas no TC Sertão Ocidental	58
Figura 7 – Reunião do Colegiado Territorial Sertão Ocidental	60
Figura 8 – Ações ambientais contempladas no TC Baixo São Francisco	61
Figura 9 – Reunião do Colegiado Territorial Baixo São Francisco	63
Figura 10 – Ações ambientais contempladas no TC Sul Sergipano	64
Figura 11 – Reunião do Colegiado Territorial Sul Sergipano	66
Figura 12 – Ações ambientais contempladas nos Territórios da Cidadania de Sergipe	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parâmetros de Classificação das Ações Ambientais	10
Quadro 2 – Comparação Entre o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC)	32
Quadro 3 – Ações Ambientais Contempladas no Território da Cidadania Alto Sertão	49
Quadro 4 – Ações Ambientais Contempladas no Território da Cidadania Sertão Ocidental ...	50
Quadro 5 – Ações Ambientais Contempladas no Território da Cidadania Baixo São Francisco	51
Quadro 6 – Ações Ambientais Contempladas no Território da Cidadania Sul Sergipano .	52
Quadro 7 – Classificação dos Territórios Conforme o Grau de Priorização das Ações Ambientais	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos executados em 2008, 2009 e 2010 (Até 31/10/2010) em R\$	13
Tabela 2 – Evolução em números dos Territórios da Cidadania	29

INTRODUÇÃO

O Programa Territórios da Cidadania, lançado no ano de 2008 como componente fundamental da agenda social do Governo Federal, representa uma estratégia que visa o alcance do desenvolvimento regional sustentável e a garantia de direitos sociais voltado às regiões mais pobres do país, com objetivo de atingir o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (MDA, 2016).

Adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a concepção de território rural aglutina contribuições colhidas no país e no exterior que a concebem como uma estratégia de gestão pública de programas de desenvolvimento rural sustentável (SILVA JUNIOR, 2015).

A iniciativa de criação dos territórios da cidadania tomou como base a integração entre os governos federais, estaduais e municipais, por meio da construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, específico para cada território e elaborado com a participação da sociedade, cuja implementação e o cumprimento de uma agenda pactuada de ações conta com a participação de colegiados territoriais compostos pelas três esferas governamentais e pela sociedade (MDA, 2016).

Segundo a mesma fonte, para a formação dos territórios igualmente levou-se em consideração conjuntos de municípios unidos por semelhanças econômicas, ambientais, sociais, culturais e geográficas, de forma a facilitar o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento das regiões nas quais estes estão inseridos.

Devido às suas características, o Programa Territórios da Cidadania é compreendido como um modelo que se opõe à visão reducionista do sujeito, tendo como finalidade a adoção de um estilo de desenvolvimento que privilegia a sustentabilidade econômica, social e ambiental, apresentando-se como uma estratégia de inovação territorial e da gestão da política, ainda em construção (SANTOS; COSTA, 2013).

O estado de Sergipe conta com quatro territórios da cidadania, a saber: Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano. Juntos esses territórios englobam 52 municípios, os quais perfazem uma área de 17.508 km², onde vivem 1.006.075 pessoas, das quais 447.429 se encontram no meio rural. Nos quatro territórios contabiliza-se 199.795 agricultores familiares, 7.198 famílias assentadas, 11.026 pescadores, 09 comunidades quilombolas e 01 terra indígena (MDA, 2016).

Os recursos iniciais destinados aos quatro territórios foram na ordem de R\$ 516.662.361,29, investidos em ações relativas a temas como direitos, desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, além de apoio à gestão territorial e infraestrutura. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio/ano desses territórios é consideravelmente baixo (0,60), sendo o Território do Alto Sertão o que apresenta menor resultado (0,58) (SOBRAL; GOMES, 2013).

Cabe, no entanto, ressaltar que embora o Programa tenha ampla abrangência no estado, haja vista somente 23 dos 75 municípios sergipanos terem ficado de fora de suas ações, sente-se a falta de dados que possam revelar os resultados alcançados até o momento, especialmente no que diz respeito à inclusão de ações voltadas a um modelo de desenvolvimento rural pautado na sustentabilidade, conforme preconiza o Decreto nº 11.503/2008.

Desse modo, compartilhando do entendimento de que os territórios da cidadania se constituem campo fértil para articular o enfoque do desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental, o presente estudo tomou como norte as seguintes questões de pesquisa: A dimensão ambiental encontra-se contemplada nos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios da Cidadania de Sergipe? Quais os recursos destinados aos projetos com esse enfoque? Em que medida a questão ambiental encontra-se na pauta de discussão do colegiado?

Buscando responder a tais questionamentos, objetivou-se avaliar em que medida a dimensão ambiental encontra-se contemplada nos Territórios da Cidadania de Sergipe. Para tanto, foram eleitos os seguintes objetivos específicos: inventariar as ações com interface ambiental constantes dos PTDRS de cada um dos territórios; identificar o montante destinado a esses projetos; analisar as estratégias adotadas pelos colegiados no sentido de garantir a execução efetiva das ações ambientais propostas nos planos.

A opção pela análise da dimensão ambiental deve-se especialmente a dois fatores. O primeiro é o entendimento de que esse é um componente essencial à sustentabilidade dos territórios rurais e o outro é a fragilidade constatada por autores que realizaram trabalhos voltados a avaliação desse aspecto na esfera do Programa em outros territórios do país. Além da emergência das questões ambientais, justifica a investigação o fato da temática desenvolvimento territorial vir despertando o interesse de diferentes áreas do conhecimento, tendência essa que vem se confirmando tanto mediante a disseminação de

cursos de graduação e pós-graduação voltados ao tema, quanto por meio da publicação de periódicos e da realização de eventos direcionados a esse enfoque.

Não se pretendeu com a priorização do viés ambiental deixar de lado as demais dimensões (sociocultural, econômica, institucional) que são igualmente importantes e de alguma forma se perpassam e se articulam, mas reconhecer que a construção de um modelo de desenvolvimento voltado à sustentabilidade requer a compreensão dessa dimensão como ponto de partida para as demais análises.

Motiva igualmente o interesse pela temática, a possibilidade de por meio da pesquisa serem identificadas estratégias que auxiliem a busca pelo desenvolvimento sustentável de outros territórios com características semelhantes aos sergipanos, assim como a agregação de mais conhecimento à minha formação acadêmica de administrador, especialmente por se tratar de uma abordagem presente na pauta dos principais debates da atualidade quando se trata de políticas públicas e de gestão.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro, que se destina ao relato do percurso metodológico adotado na pesquisa, descreve os métodos e instrumentos utilizados para responder aos objetivos propostos, pormenorizando a amostra e a área de estudo, trazendo ainda uma síntese de cada um dos Territórios da Cidadania de Sergipe.

No segundo capítulo discute-se sobre a natureza do enfoque territorial com base em autores como Perico Echeverri e Tânia Bacelar Araújo e em documentos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que tratam do seu conceito, objetivos, dimensões - multimensionalidade do território – assim como das políticas a eles voltados. Aborda também as reformas e decisões que culminaram no processo de formação dos territórios da cidadania.

O terceiro capítulo enfoca o papel dos Colegiados Territoriais como principal fórum para operacionalização das ações constantes nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, se constituindo o eixo central da gestão territorial.

Já o quarto capítulo, que trata das políticas públicas como catalisadoras para o processo de desenvolvimento territorial, inicia fazendo referência à nova configuração das políticas públicas no país, e segue trazendo uma breve abordagem sobre o ator estatal como seu materializador, ressaltando os resultados das políticas desenvolvimentistas do século passado para o Brasil, especialmente no que diz respeito ao componente ambiental. Ainda neste capítulo aborda-se aspectos inerentes às políticas ambientais voltadas ao território.

No quinto capítulo apresenta-se a análise dos resultados obtidos na pesquisa exploratória desenvolvida nos quatro territórios sergipanos, expondo as fragilidades e os avanços alcançados.

1 O CURSO DA PESQUISA

A opção pelo objeto de estudo representa o marco inicial de uma pesquisa. Tal decisão envolve impasses, dúvidas e resolução de conflitos que culminam na delimitação do problema a ser investigado. No momento seguinte, e não menos confortável, o pesquisador define as teorias que lhes darão suporte, a metodologia a ser adotada e a abordagem que será utilizada.

Cada uma dessas escolhas reflete as concepções subjacentes do sujeito, a sua estrutura do pensamento e a sua visão de mundo – paradigma - definido por Wilber (1989, p. 70) como “um conjunto de princípios cognitivos inconscientes e pressupostos que definem o tipo de dados que somos capazes de ver em primeiro lugar”. Tais estruturas de pensamento, inscritas culturalmente nos seres humanos, comandam inconscientemente seu modo de conhecer, pensar e agir (SANTOS; HAMMERSCHMIDT, 2012).

Conforme Fonseca (2002), o paradigma da modernidade, existente desde o século XVII e ainda predominante em nossos dias, foi construído com base no modelo das ciências naturais e substanciado nas ideias de Copérnico, Kepler, Galileu, Newton, Bacon e Descartes, pautando-se na racionalidade e no mecanicismo, uma vez que considera o homem e o universo como máquinas; no reducionismo, cujo entendimento é o de que o todo pode ser reduzido a partes; e no cartesianismo, haja vista que separa o mundo natural-empírico dos outros mundos não verificáveis, como o espiritual-simbólico.

Embora esse modelo continue determinando o modo de conhecer, pensar e agir dos seres humanos ocidentais, aos poucos um novo paradigma – o da complexidade – começa a emergir, abalado pelo desenvolvimento da própria ciência, pondo em questionamento os três pilares da certeza: a ordem, a separabilidade e a razão, sobre os quais o pensamento científico se fundamentou até o século XX (SANTOS; HAMMERSCHMIDT, 2012).

Compreende-se, porém, que a superação da crença em uma forma de conhecimento vista como verdadeira e uma racionalidade experimental quantitativa e neutra exigirá o esforço de reconhecimento dos princípios da incompletude e da incerteza. Como afirma Edgar Morin:

Será necessário desfazer duas ilusões que desviam as mentes do problema do pensamento complexo. A primeira é acreditar que a complexidade conduz à eliminação da simplicidade. A complexidade surge, é verdade, lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o

pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade.

A segunda ilusão é confundir complexidade e completude. É verdade, a ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre os campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo (um dos principais aspectos do pensamento simplificador); este isola o que separa, e oculta tudo o que religa, interage, interfere. Neste sentido o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional [...] (MORIN, 2015, P.6).

Tais ideias pressupõem a necessidade de enxergar a vida e o mundo sob uma nova ótica, como sistemas complexos, reconhecendo as interdependências que ali se estabelecem, ampliando o espectro do conhecimento para uma nova perspectiva epistemológica, capaz de possibilitar um diálogo entre as várias áreas da ciência. Vasconcelos (2005) aponta como um desses vieses o pensamento sistêmico, compreendido como uma nova visão, um novo conjunto de pressupostos epistemológicos, um novo paradigma para nossas ações no mundo.

Também corroboram desse entendimento Pedrozo; Silva (2000), para quem o fato das abordagens tradicionais, explicativas, não estarem conseguindo captar a complexidade das interrelações que estão sendo construídas em diversos campos do saber vem abrindo espaço para a adoção de abordagens interdisciplinares, com maior poder explicativo.

Nessa direção, a fim de obter respostas para as questões que guiam a pesquisa, procurou-se nesse trabalho valorizar a interligação existente entre o sistema ou dimensão ambiental, o econômico e social, de forma a compreender as interações que se fazem presentes para então explicá-las.

Assim, os territórios da cidadania foram analisados a partir de uma abordagem sistêmica, aproximando-se do ponto de vista de Saquet (2009) que faz menção à multidimensionalidade do território, referindo-se a esta como um caminho, uma opção na tentativa de tecer uma concepção reticular, relacional e histórica de território, destacando ainda a unidade existente entre ideia e matéria e entre as dimensões sociais (economia-política-cultura) e entre estas e a natureza exterior ao homem.

1.1 Métodos e técnicas

A opção por uma análise da conjuntura territorial a partir da visão integradora, exige que se reflita sobre uma série de aspectos, entre eles a composição do território, o desenvolvimento das articulações institucionais, o fortalecimento da governança no espaço colegiado e nos projetos referendados pelo território e o sentimento de identidade e pertencimento ao território, atuando este último como um mecanismo coletivo que impulsiona e fortalece o tecido social, econômico, produtivo, ambiental e cultural da população envolvida (NUNES, 2011).

Diante desse contexto, fez-se neste estudo a opção por desenvolver uma pesquisa de caráter exploratório, haja vista a finalidade de diagnosticar as contribuições para a problemática ambiental dentro dos planos territoriais.

Triviños (1987) reconhece nos estudos exploratórios uma forma do pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema e avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno, sua dinâmica e relações no contexto estudado. A hipótese pode ser aprofundada nos limites de uma realidade específica, na qual serão disponibilizados elementos para subsidiar o planejamento de outras de investigação, como por exemplo, se a pesquisa será descritiva ou documental.

Considerando as inúmeras interfaces que envolvem a temática em destaque, a investigação foi concebida sob os enfoques qualitativo e quantitativo. Richardson (1999) elucida que as investigações que empregam a análise qualitativa, cujo objeto envolve situações complexas ou bastante particulares, descrevem melhor a complexidade dos problemas. Entretanto, quase sempre esse tipo de análise é consubstanciada pelo método quantitativo.

No que se refere aos procedimentos operacionais, a pesquisa se classifica como documental e bibliográfica, uma vez que suas características analíticas requereram um aporte teórico baseado principalmente nos conceitos de sustentabilidade, território e gestão ambiental.

Foram procedimentos adotados na pesquisa as visitas e a observação participante nas reuniões dos colegiados. Para Triviños (1987), a observação participante é uma técnica na qual deve se apoiar todo o pesquisador qualitativo que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, uma vez que esta permite uma visão mais ampla do fenômeno.

Para a coleta de dados, empregou-se como instrumento a entrevista semi-estruturada, aplicada junto aos representantes dos colegiados dos quatro territórios que representam a amostra da pesquisa com o objetivo de captar os procedimentos e mecanismos usados por estes visando o desenvolvimento territorial sustentável à luz do PTDRS, instrumentos de planejamento de cada território no que diz respeito aos projetos ambientais. Conforme Triviños (1987), uma das vantagens da entrevista semi-estruturada é possibilitar que o informante discorra sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, permitindo respostas livres e espontâneas.

O formulário utilizado durante as entrevistas foi estruturado em duas partes, articuladas entre si. Da primeira constam questões relacionadas aos projetos com viés ambiental contemplados no PTDRS, com os respectivos montantes de recursos destinados a cada ação, enquanto que a segunda é composta por questões que visaram analisar a forma como os colegiados vêm atuando no sentido de contribuir para o alcance da sustentabilidade ambiental nos quatro territórios da cidadania de Sergipe. A definição desses eixos resultou do cruzamento dos objetivos do estudo e do quadro teórico de referência.

A população amostra, intencional, foi composta pelo presidente e por mais dois membros de cada CT, sendo um representante do poder público e outro da sociedade civil, tendo como critérios para a escolha desses últimos estarem participando a mais de dois anos do colegiado, serem assíduos e demonstrarem uma postura proativa frente às ações do programa. A opção por três membros de cada grupo deveu-se à necessidade de captar de forma mais clara e diversa a realidade dos quatro territórios, valorizando as experiências diferenciadas de cada uma das esferas.

A análise quali-quantitativa tomou como base os dados constantes nos planos de cada um dos territórios analisados, consubstanciada com as informações obtidas nas entrevistas, na observação participante, nos relatórios de execução do programa e na literatura usada como referência.

Para facilitar a interpretação dos dados obtidos, seguiu-se a metodologia de análise de conteúdo, ferramenta desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial pela “Divisão experimental para o estudo de comunicações em tempos de guerra”, sob coordenação de Harold Lasswell, representante do Congresso dos Estados Unidos, com o objetivo de sintetizar e compreender o conteúdo dos argumentos utilizados por jornais opositores, assim como pelas propagandas inimigas (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Afirmam os autores que logo após o fim da guerra foi lançado e tornou-se clássico o livro “*The language of politics: studies in quantitative semantics*”, cuja tradução chegou quase 40 anos depois ao Brasil. Carlomagno; Rocha (2016) também enfatizam que em função dos resultados alcançados, posteriormente a metodologia passou a ter aplicação em estudos acadêmicos de comunicação política e atualmente tem sido especialmente relevante para pesquisadores que atuam nas áreas de comunicação social, jornalismo, marketing, mídias sociais e correlatas.

Seguem ainda comentando os mesmos autores que a metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos. São etapas essenciais ao processo global de análise de conteúdo elencadas por esses autores, o planejamento, a coleta e a sistematização dos dados, sendo a coleta destacada como uma das fases mais importantes, uma vez que as demais fases de cunho analítico dependem da sua adequação.

A definição das categorias de análise com as quais se irá trabalhar prescinde, pois, de alguns cuidados, tais como: existência de regras formais, claras, objetivas e escritas (formalizadas por completo, no que usualmente é chamado “livro de códigos” ou “dicionário”), o conteúdo não pode ser passível de classificação em mais de uma categoria e as categorias selecionadas não devem ser tão amplas ao ponto de serem capazes de abarcar coisas muito diferentes, sob pena de não ter significado prático para o estudo (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

As orientações acima serviram de norte para a seleção das seguintes categorias analíticas: solo, água, vegetação, ações preventivas, saneamento e resíduos sólidos, as quais encontram-se detalhadas no capítulo 5. A opção por tais categorias levou em consideração a existência de termos (elementos-chave) que se repetiam, com certa regularidade, em cada uma das ações constantes dos PTDRS dos diferentes territórios. A partir da identificação desses elementos fez-se a classificação das ações voltadas aos diferentes temas ambientais, nominando em seguida as seis categorias a serem analisadas.

Para proceder a análise quantitativa das ações ambientais dos TC contempladas por cada um dos TC os dados agrupados nas categorias de análise foram representados graficamente. Em seguida, os resultados alcançados foram interpretados mediante análise qualitativa.

Os pontos atribuídos a cada categoria variaram entre 0 (zero) e 6 (seis), sendo que 0 representa a pior avaliação e 6 a melhor. Por fim, conforme a pontuação obtida, os

territórios foram classificados com base em um dos parâmetros a seguir, segundo o grau de priorização das ações ambientais:

Quadro 1 – Parâmetros de classificação das Ações Ambientais.

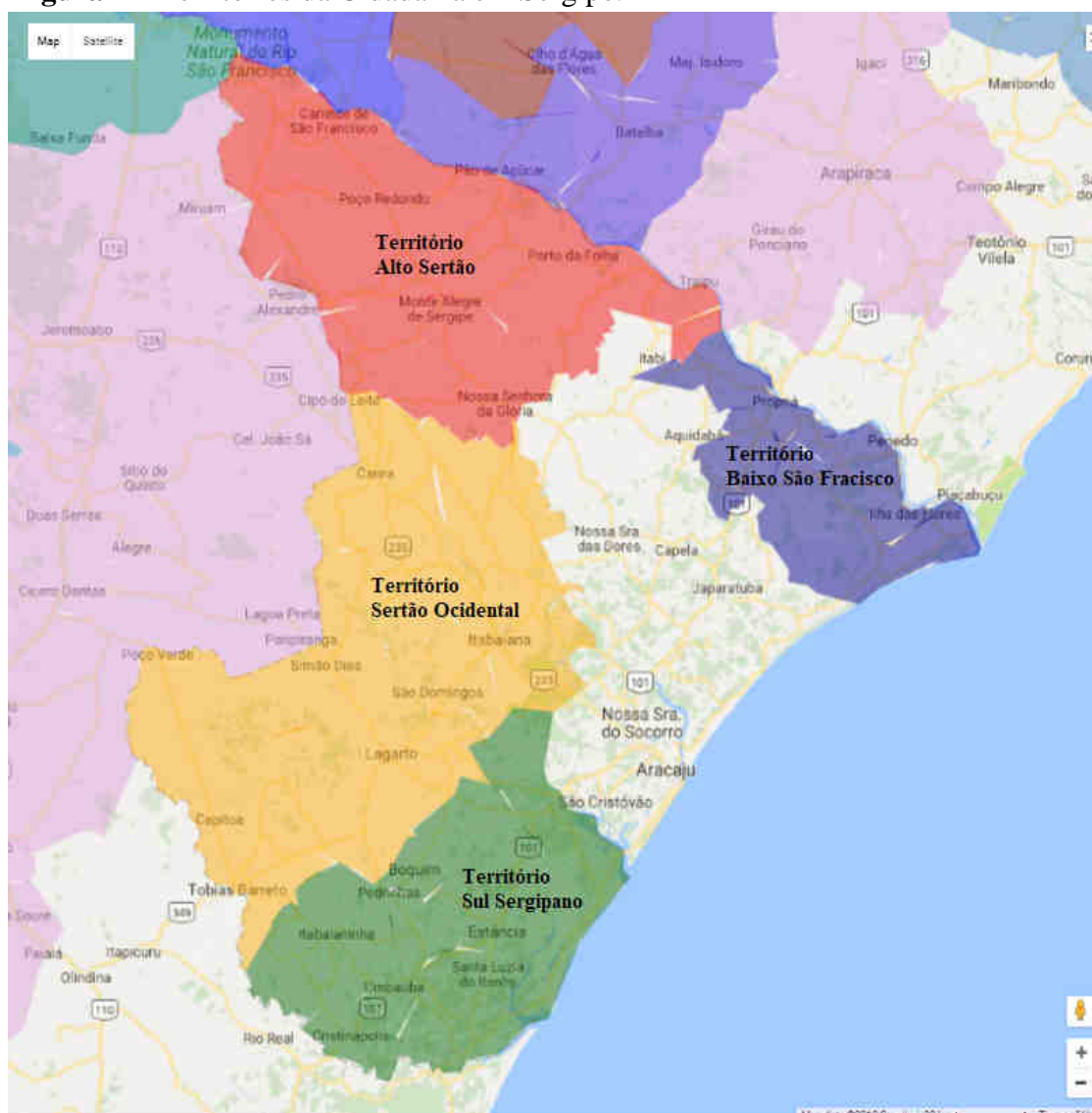
Grau de priorização	Número de ações	Cores
Crítico	01 – 02	Vermelho
Razoável	03 – 04	Amarelo
Satisfatório	05 – 06	Verde

Fonte: Elaboração própria (2019).

1.2 Caracterização da Área de Estudo

A área onde foi desenvolvida a pesquisa corresponde aos municípios que integram os Territórios da Cidadania em Sergipe, como mostra a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Territórios da Cidadania em Sergipe.



Fonte: MDA (2016).

Segundo dados do MDA (2016), o Território do Alto Sertão abrange 7 municípios, ocupa uma área de 4.908,2 Km² e comporta uma população de 146.479 habitantes, assim distribuídos: 68.339 na zona urbana (46.65%) e 78.140 na zona rural (53.35%). Conta com 3.564 famílias assentadas, 12.833 estabelecimentos da agricultura familiar e 37.179 pessoas ocupadas na agricultura familiar.

Ainda conforme a mesma fonte, o Território Baixo São Francisco é composto por 14 municípios, os quais ocupam conjuntamente uma área total equivalente a 1.967,1 Km². Sua população é de 125.174 habitantes, sendo 72.655 (58.04%) residentes na zona urbana e 52.519 habitantes (41.96%) residentes na zona rural. Nesse território o número de famílias assentadas corresponde a 907, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 6.900 e o de pessoas ocupadas na agricultura familiar é de 21.399.

O Território Sul Sergipano agrega 12 municípios e compreende uma área de 3.950,9 Km². Sua população total é de 278.955 habitantes que estão distribuídos da seguinte forma: 155.255 habitantes (55.66%) na zona urbana e 123.700 habitantes (44.34%) na zona rural. As famílias assentadas correspondem a 1.256, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é 20.599 e o número de ocupados com essa atividade é de 45.848 pessoas.

Estendendo-se por uma área de 6.683,8 Km², o território Sertão Ocidental abrange 19 municípios que juntos comportam uma população de 455.467 habitantes, sendo 262.397, o equivalente a 57.61% do total de habitantes, alocados na zona urbana e 193.070, o equivalente a 42.39% do total de habitantes, residentes na zona rural. O número de famílias assentadas corresponde a 1.471 e o de estabelecimentos da agricultura familiar a 38.698, registrando-se um total de 95.369 pessoas com essa ocupação (MDA, 2016).

1.3 Territórios da Cidadania de Sergipe

De acordo com Ramos Filho (2015), Sergipe foi uma das primeiras unidades da federação a introduzir a política de desenvolvimento territorial do MDA. Isto porque desde o ano de 2003 os atores sociais locais já se articulavam para a implantação dos Territórios Rurais, vindo a favorecer a instituição provisória da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) no Território do Alto Sertão Sergipano e a homologação junto à SDT da criação do Território do Sertão Ocidental. No ano seguinte (2004), foram fundados os

Colegiados de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão e do Sertão Ocidental, fato que ocorreu no bojo do II Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA).

Ainda segundo esse autor, a construção da proposta de implantação dos TC se deu mediante intenso diálogo no meio acadêmico, envolvendo pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), dos cursos de Geografia, Economia e Serviço Social, professores do Instituto Federal de Sergipe (IFS) ligados ao curso de Agroecologia, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Tabuleiros Costeiros, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), profissionais da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATSA), articuladores do Sul Sergipano e Baixo São Francisco, militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e estudantes de graduação e pós-graduação.

Santos e Gois (s/d) igualmente afirmam que a implantação do PTC no estado foi precedida de debates territoriais e publicização das políticas públicas e de definição da localização das ações contidas no referido Programa, bem como dos recursos previstos para cada território, entre outros temas.

Os debates giraram em torno de temas como a conjuntura agrária de Sergipe e do Brasil e as discontinuidades e entraves na política de desenvolvimento territorial, identificando os principais dilemas. O passo seguinte foi a construção da base teórico-conceitual-metodológico comum, resultando em uma proposta coletiva, fruto da horizontalidade das relações, prevista para ser implantada até o mês de janeiro de 2017 (RAMOS FILHO, 2015).

Destaca, no entanto, o autor que 20% da área territorial do estado de Sergipe não se encontra contemplada no Programa Territórios da Cidadania e que nos municípios sergipanos não inclusos nessa política de combate à pobreza do governo federal existem áreas, tais como: a capital do estado e sua região metropolitana, a histórica zona açucareira, berço da oligarquia, e a zona de impactos da indústria, mineração, especulação imobiliária e estrangeirização das terras, onde ocorrem dinâmicas que por suas peculiaridades merecem atenção (RAMOS FILHO, 2015).

Quando da sua implantação no estado de Sergipe, o PTC contemplou 52 municípios, os quais perfazem juntos uma área de 17.508 km². Os recursos iniciais destinados aos quatro territórios (Alto Sertão, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Sul Sergipano) foram na ordem de R\$ 516.662.361,29, investidos em ações relativas a temas como direitos, desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde,

saneamento e acesso a água, educação e cultura, apoio à gestão territorial e infraestrutura (SOBRAL; GOMES, 2013).

De sua implantação até o ano de 2010 o PTC investiu R\$ 1.429.757.085,08 em Sergipe, como se apresenta na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Investimentos executados em 2008, 2009 e 2010 (Até 31/10/2010) em R\$.

Território	Apoio a Atividades Produtivas	Cidadania e direitos	Infraestrutura	Total
Alto Sertão	87.810.989,94	124.128.596,64	67.765.863,88	279.705.450,46
Baixo São Francisco	36.631.844,28	80.760.251,71	14.840.966,24	132.233.062,23
Sertão Ocidental	309.895.483,66	323.292.614,82	65.023.083,60	698.211.182,08
Sul Sergipano	109.415.726,41	178.335.600,87	31.856.063,03	319.607.390,31
Total	543.754.044,29	706.517.064,04	179.485.976,75	1.429.757.085,08

Fonte: Sergipe (2011).

A população residente na área de atuação do programa em Sergipe totaliza aproximadamente 1.006.075 habitantes, sendo 447.429 deles residentes na zona rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio/ano desses territórios é consideravelmente baixo (0,60). Entretanto, o Território do Alto Sertão é o que apresenta menor IDH (0,58) (SOBRAL; GOMES, 2013).

De acordo com Sobral e Gomes (2013), a quantidade de famílias nos assentamentos dos territórios da cidadania do Sertão Ocidental e Alto Sertão Sergipano é considerada relativamente pequena comparada com assentamentos de outros estados brasileiros, em função da pequena dimensão territorial do estado de Sergipe.

1.3.1 Território da Cidadania Alto Sertão

Por ser uma região marcada pela irregularidade pluviométrica e condições geofísicas especiais, características utilizadas para justificar a situação de pobreza, o TC Alto Sertão é objeto de ações emergenciais e assistencialistas das políticas públicas governamentais as quais representam um elevado volume de recursos investidos, mas que não contribui para alterar o quadro de convivência da região com o menor IDH do estado (SANTOS, 2010).

Carência de infraestrutura, pouco acesso ao crédito e alta concentração fundiária associada a uma pecuária extensiva e/ou improdutiva, estabelecida em área ocupada por tradicionais latifúndios, são algumas das características do território citadas pela autora.

Ela menciona existir nesse espaço a forte presença de posseiros e pequenos proprietários minifundistas dedicados à agricultura de subsistência, além da comunidade quilombola de Mocambo, da nação indígena Xocó, e do maior número de assentamentos de reforma agrária do estado, com 3.132 famílias beneficiadas.

Moreira (2016) acrescenta que se trata o Alto Sertão de um território essencialmente rural, cuja base econômica é a produção agropecuária, com predominância das culturas de milho e feijão, além da pecuária leiteira que nos últimos anos vem se constituindo na cadeia produtiva de maior dinamismo econômico. É marcante no território a identidade cultural, manifestada nas suas tradições alimentares, folclore e festejos populares tipicamente sertanejos e religiosos, como a festa do vaqueiro de Porto da Folha, a cavallhada de Poço Redondo, as mulheres rendeiras, as bandas de pífano, os poetas de cordel e as festas dos santos padroeiros.

Embora conviva com a seca, o território Alto Sertão Sergipano se destaca por ser constituído por sub-bacias do rio São Francisco, a saber: a sub-bacia do Curituba no município de Canindé do São Francisco; a subbacia das Onças, localizada nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo; a sub-bacia do rio Jacaré, ocupando parte do município de Canindé e Poço Redondo; a subbacia de Campos Novos que abrange parte dos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha, e, entre estas se destaca a maior das sub-bacias, a da Capivara que tem 1.897,7 km² abrangendo os municípios de Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora da Glória (SILVEIRA, 2005 apud MOREIRA, 2016).

Em relação ao Programa, destaca Santos (2010) que o MST foi o principal protagonista na criação do CT, uma vez que exerce influência sobre a grande maioria dos assentamentos e acampamentos. Entretanto, também tiveram um papel importante na constituição do colegiado outras representações sociais e sindicais como o MPA, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe (Fetase), a Cáritas Diocesana de Propriá (movimento ligado à Igreja Católica), a Federação das Associações Comunitárias de Porto da Folha (Feacom), além de outras instituições governamentais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o Banco do Brasil, a Embrapa e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro).

Santos e Gois (s/d) afirmam que a preocupação em dar organicidade ao Programa esteve presente desde o início de sua formação. Nesse sentido, projetou-se um mecanismo de coordenação e gestão que possibilitasse o acompanhamento efetivo das ações em

implementação, por meio da criação de uma estrutura colegiada composta por dois Grupos de Trabalho (GT) – Um deles voltado para o desenvolvimento econômico e produtivo e o outro voltado para o desenvolvimento social, responsáveis pelo acompanhamento das ações direcionadas à organização sustentável da produção e aos direitos e desenvolvimento social, respectivamente, atuando de forma articulada.

Esses GT's foram constituídos por organizações governamentais e não governamentais envolvidas com a implementação e controle social de políticas, programas e projetos sociais com ações no Território, membros permanentes ou esporádicos do Colegiado. Cada GT teria elaborado um Plano de Formação para Autogestão do Colegiado (PFAC) com objetivo de formar os conselheiros e representantes dos movimentos sociais e sindicais para o exercício do controle social e a autogestão das políticas públicas, por meio da realização de encontros municipais e territoriais.

Ao todo, relatam as autoras, foram realizados sete debates territoriais, com a participação de organizações governamentais e não governamentais, onde foram contempladas as sete grandes ações do programa, identificando áreas prioritárias para implementação das ações, definindo estratégia de integração das ações do PTC com ações de outros programas e projetos; definição de estratégia de qualificação das ações – meios para capacitar as pessoas com vistas à continuidade do processo, preocupando-se com o protagonismo dos sujeitos sociais, com o controle social das ações e estudo da possibilidade de constituição de um comitê gestor e/ou metodológico.

Esse processo teve como fruto a ampliação do CT de cinquenta membros, vinte e três do poder público e vinte e sete da sociedade civil, para sessenta e um membros, sendo vinte e cinco do poder público e trinta e seis da sociedade civil, maior representatividade e legitimidade do colegiado; ampliação da capacidade de exercício do controle social das políticas públicas; aproximação entre os diversos órgãos, públicos, organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicais, acenando para uma maior articulação e integração de políticas públicas, por meio de programas e projetos e, a possibilidade de ultrapassar a visão dominante de que desenvolvimento territorial se restringe ao rural.

Esta ampliação implicou na ultrapassagem de uma prática centrada exclusivamente, no viés econômico e produtivo para uma ação dentro da perspectiva de articulação de políticas públicas, incluindo, é claro, as políticas, programas e projetos sociais existentes ou em processo de implantação no país, no estado e no território.

Porém, ainda que tenha havido grande envolvimento para a criação do CT, Santos (s/d) relata que as reuniões são pouco frequentadas, ficando a participação efetiva e regular

restrita a um número reduzido de participantes do colegiado por razões que vão desde a falta de recursos financeiros por parte daqueles que pertencem a grupos sociais mais carentes, até o esvaziamento intencional em razão da ocorrência de disputas internas entre os representantes de diferentes segmentos sociais. Na sua opinião essa dinâmica acaba revelando uma divisão bem nítida, mas não real, entre os municípios dinâmicos e os estagnados.

Outra questão levantada pela autora como limitante ao funcionamento do CT do Alto Sertão é a visão essencialmente política das ações por parte das duas representações do colegiado (governo e sociedade civil), em detrimento da visão integrada proposta no PTDRS. Essa disputa pelo poder se reflete na priorização da localização e execução das obras ou ao desenvolvimento de atividades constantes na matriz de ações.

Santos (2010) cita ainda como um dos graves problemas encontrados para execução de projetos no território, a inadimplência de algumas prefeituras para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por não ter personalidade jurídica, o CT não pode ser o proponente de projetos de financiamento para o território. Grande parte dos recursos do PTC são disponibilizados pela SDT, porém, eventualmente, consegue-se obter financiamento de outras fontes, a exemplo do projeto voltado para a produção de mudas de árvores nativas para reflorestamento em áreas de assentamentos da região, que está sendo financiado pelo Ministério de Integração Nacional (MIN), por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

De acordo com essa autora, citando Lopes; Costa (2009), no Território Alto Sertão o articulador territorial, agente de mobilização contratado em caráter temporário por algumas ONGs ligadas ao desenvolvimento rural que recebem repasse da SDT/MDA, serve mais aos interesses específicos das organizações que o contrataram do que aos de um projeto territorial.

1.3.2 Território da Cidadania Sertão Ocidental

Os debates para concepção do PTDRS do Território da Cidadania Sertão Ocidental foram iniciados no ano de 2005, visando a elaboração de um documento propositivo, e contou com a participação do Cedr, do Departamento Agropecuário de Sergipe (Deagro), da Embrapa, da Fetase, da UFS, da Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC), da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (Pronese), do MST e de comunidades quilombolas (SANTOS, 2014).

Segue relatando o autor que até 2008 o território era composto por onze municípios. Porém, logo após a formulação do PTC, por meio do Decreto nº 11.503/08, aderiram ao Programa Riachão do Dantas, Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Lagarto, Malhador, Moita Bonita e São Domindos, totalizando dezenove municípios os quais compõem um mosaico territorial bastante heterogêneo, haja vista agrupar tanto localidades do agreste como localidades do centro sul sergipano, fator que dificulta a elaboração de planos, tais como o de Cadeia Produtiva, o Safra e o próprio PTDRS.

Entre as inúmeras dificuldades e obstáculos vivenciados no início das atividades no território, chamava atenção o fato das pessoas não entenderem direito o que era territorialidade. Por essa razão, embora as ações fossem amplamente discutidas, muitos pensavam apenas em seu município e o governo queria a todo o custo ser maioria. As prefeituras não se sentiam parte do programa e não abraçavam o novo modelo por não serem as proponentes ou executoras das ações, chegando a dificultar a realização das plenárias nas sedes dos municípios (SANTOS, 2014).

De acordo com o autor o regimento do CT foi criado ainda em agosto de 2004, como resultado de uma Oficina de Nivelamento Conceitual e Metodológico conduzida pela SDT/MDA a qual envolveu diversas entidades representativas dos agricultores familiares, tendo passado por reformulações nos anos de 2009, 2011 e 2013. Na versão atual do documento encontra-se estabelecido que o colegiado deve ser constituído paritariamente entre governo e sociedade civil, sendo representado por titulares e suplentes durante um mandato de dois anos. Devido aos acordos e compromissos firmados no regimento o colegiado é reconhecido como uma institucionalidade constituída de forma participativa.

Os seguintes órgãos compõem o colegiado na condição de representantes do governo: Emdagro, INCRA, MDA, Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES), além das prefeituras. A sociedade civil é representada por associações, conselhos municipais com atuação na área agrária, sindicato dos trabalhadores rurais, câmaras temáticas de mulheres, jovens e quilombolas, entre outros (SANTOS, 2014).

Esclarece o autor que as reuniões do colegiado ocorrem na primeira quarta-feira de cada mês, tendo o local de realização definido em plenária na reunião anterior. O assessor técnico ou o articulador territorial envia com antecedência um edital de convocação a todos os participantes informando o município, o horário e as pautas a serem discutidas. Também são nas plenárias das reuniões ordinárias que são eleitos os membros dos núcleos diretivos e técnicos. Quando alguma entidade não indica suas representações ou não se fazem

presentes nas reuniões são excluídas ou substituídas, conforme prevê o artigo 7º do referido documento.

Nos três primeiros anos grande parte das reuniões do colegiado eram realizadas nas sedes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, sendo Simão Dias um dos municípios que por mais vezes sediou os encontros. Nele está sendo construído um Centro de Formação de Agricultores que poderá futuramente se tornar a sede do território (SANTOS, 2014).

1.3.3 Território da Cidadania Baixo São Francisco

O Território da Cidadania Baixo São Francisco é composto por 14 dos 25 municípios sergipanos que constituem a bacia do Rio São Francisco, sendo eles: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco, Telha e Muribeca. Juntos esses municípios abrangem uma área de 1.967,10 Km² e possuem uma população de 125.174 habitantes (OLIVEIRA *et al*, 2016).

Entre os principais problemas presentes nesse território estão aqueles relacionados à pesca, à agricultura e à erosão, que afeta diretamente as populações ribeirinhas. Dos quatro Territórios da Cidadania de Sergipe o Baixo São Francisco é aquele onde o Programa mais demorou para ser, de fato, incorporado e posto em prática. As fontes de informação a seu respeito são escassas e poucos foram os avanços, em comparação com os outros três territórios.

Por meio de uma página da *web* (baixosãofranciscowebnod.com.br, 2012) foi possível encontrar registro de uma reunião do Núcleo Diretivo do Território ocorrida no final de 2011, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Japoatã, com o objetivo planejar as ações do CT para o ano de 2012. Como até aquele momento o território não tinha o PTDRS, a intenção dos participantes era institucionalizar o Território e criar metas voltadas às políticas de Educação e Juventude.

Um dos pontos discutidos na referida reunião foi a necessidade de elaborar um diagnóstico para construir horizontes, pois embora os integrantes do CT conhecessem alguns problemas do território não existia um documento demonstrando suas fragilidades e potencialidades. Na época a ideia era buscar parceria junto a entidades como a UFS, por exemplo, a fim de ter acesso a um mapa edafológico (cor, textura, tipo, profundidade, etc) relacionado ao solo do Território. Nessa reunião também foi levantada a necessidade de manutenção dos trabalhos nas câmaras temáticas que já haviam sido constituídas.

Na oportunidade um dos integrantes do colegiado fez uma apresentação de um planejamento simplificado participativo, capaz de identificar as demandas e potencialidades do território, demonstrando o uso das ferramentas e explicando todas as etapas a serem seguidas, o qual serviria de subsídio na construção do PTDRS. Cabe ressaltar que conforme noticia o site, anteriormente havia sido realizado no âmbito do colegiado um trabalho com esse objetivo, por meio da câmara de cadeias. A ideia era a partir de então construir um shopping popular.

Na reunião também foi evidenciada a dificuldade do colegiado em dialogar com os parceiros e levantada a necessidade de serem pensadas estratégias para que os gestores municipais participassem ativamente das discussões territoriais. Outro ponto de destaque foi a importância de planejar ações para o futuro e com capacidade de atender as demandas dos atores sociais que vivem no Baixo São Francisco. A necessidade de compartilhamento das ações e a constituição de uma rede de comunicação, também fizeram parte da discussão.

Dentre os encaminhamentos do encontro, foi deliberado que as reuniões estratégicas seriam realizadas uma vez por mês, em uma comunidade de cada um dos quatorze municípios que compõem o território para ter uma amostragem da realidade, que todas as discussões seriam registradas em livro de atas e que os encontros deveriam contar com a participação de entidades parceiras.

É importante registrar que as informações sobre os territórios disponíveis no site do MDA também não são suficientes para que se possa proceder uma análise mais criteriosa do Programa. Oliveira *et al* (2016) comentam que a Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania, disponível no Portal da Cidadania do MDA, apresenta as metas “territorializadas”, por território, mas não deixa claro o uso desse termo naquele contexto. Seriam as metas territorializadas as que foram executadas ou todas as metas planejadas para o território? Para os autores acima citados, as informações constantes da matriz não são claras e suscitam dúvidas sobre o real alcance dos objetivos.

1.3.4 Território da Cidadania Sul Sergipano

O Território da Cidadania Sul Sergipano foi instituído no ano de 2008, a partir de uma reformulação do Território Rural Centro-Sul de Sergipe. Composto de doze municípios, tem como principais características a produção de laranja para a agroindústria local, a pecuária extensiva e o extrativismo da mangaba no litoral, além da produção de coco, mandioca, manga, fumo, maracujá, feijão e milho (SILVA *et al.*, 2017).

Os autores assinalam que em termos de indicadores socioeconômicos esse território pode ser dividido em pelo menos dois agregados municipais. O primeiro inclui os municípios de Estância, Itaporanga D'Ajuda, Salgado e Boquim, com os melhores indicadores, enquanto o segundo inclui os demais municípios que são caracterizados pelo baixo IDHM Educação e alta taxa de analfabetismo, entre 18 e 24 anos.

O CT do Sul Sergipano é composto por 72 membros e o núcleo diretivo conta com seis representantes. Para ocupar uma das seis cadeiras representativas, três da sociedade civil e três do poder público, seguindo a mesma proporção das assembleias, cada município indica um representante para ser submetido ao voto (SILVA *et al.*, 2017).

De acordo com os autores, no período de 2008 a 2014 o MDA contratou um gestor externo para dar suporte logístico ao colegiado e a partir de 2015, por meio de chamada pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), institui o NEDET, como instância responsável pela articulação e gestão do colegiado.

Durante os primeiros anos do CT nesse território as principais deliberações voltavam-se à elaboração de propostas para atender a chamadas de programas federais, tais como o Proinf e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E embora também tenha sido ponto de pauta do território a organização do colegiado, os mecanismos de gestão e a análise do regimento interno, o PTDRS somente foi concluído e tornado público em abril de 2017 (SILVA *et al.*, 2017).

O documento tomou como base para sua construção a análise estratégica por meio da Sociologia da Ação Coletiva Organizada (SACO) realizada com o intuito de mapear os Sistemas Concretos de Ação (SAC). Desde o ano de 2008 aspectos, tais como os conflitos entre os atores sociais ligados à agricultura familiar e aqueles ligados à conservação ambiental vinham sendo observados nesse território com o objetivo de identificar os principais atores sociais e os conflitos relevantes entre eles, afirmam os mesmos autores.

Se destacam como representatividades mais atuantes no território no período compreendido entre 2010 e 2016: Associações de Produtores (base social e espaço rural), Prefeitura (gestão de recursos materiais e financeiros), BNB (crédito), Embrapa (projetos de pesquisa e desenvolvimento), Emdagro (assistência técnica), Fetase (mobilização sociopolítica), INCRA (assistência técnica), Movimento Camponês Popular (MCP) (mobilização sociopolítica), MDA (gestão do Pronat/PTC e Proinf), MST (mobilização sociopolítica em assentamentos), Pronese (assessoria de projetos), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) (infraestrutura e articulação da base) (SILVA *et al.*, 2017).

Os autores destacam que apesar da sua importância, poucas prefeituras têm participação efetiva nas plenárias do colegiado. O mesmo ocorre com as entidades ligadas à conservação ambiental, que apresentaram baixo grau de comunicação e interação com o território e as associações comunitárias e de produtores da agricultura familiar, cuja participação no colegiado e engajamento com as questões do território e com o colegiado territorial também é incipiente.

Outro aspecto que merece destaque é a existência de certo conflito entre as políticas municipais e as estaduais. Já os atores sociais, apesar de apresentarem divergências, têm expectativa de um jogo social cooperativo. Porém, apesar das fragilidades de maneira geral, o sistema socioterritorial é considerado estável por parte de Silva *et al.*(2017).

2 A NATUREZA DO ENFOQUE TERRITORIAL

O enfoque territorial como base para o desenvolvimento rural emergiu com força na América Latina ainda no início do século XX, tendo como ponto de vista conceitual o reconhecimento da força dos vínculos sociais nos processos econômicos, e abriu novas possibilidades para a inserção da dimensão territorial na economia, reconhecendo o território como elemento central nas estratégias de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento rural (BEDUSCHI FILHO, 2014). O retorno do território às políticas de desenvolvimento toma como inspiração as políticas europeias, com destaque para o modelo de reestruturação industrial conhecido como a Terceira Itália (SANTOS, s/d).

Regra geral, os programas e políticas públicas voltadas ao combate da pobreza rural e à promoção do desenvolvimento sustentável, em curso nos países da América Latina, particularmente no Brasil, respondem às recomendações das organizações de cooperação internacional, tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

No país o marco das discussões sobre a abordagem territorial foi um seminário realizado na cidade de Fortaleza no ano de 2005, oportunidade em que foi lançado o documento Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil, o qual indicava a decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem territorial (ECHEVERRI, 2009).

Para integração da abordagem territorial como base conceitual e elemento central da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), partiu-se da concepção do Brasil Rural como espaço de produção econômica, de convívio social e de relação com a natureza, que busca superar a falsa dicotomia entre urbano e rural (MDA, 2013).

Nessa direção, a formação dos territórios levou em consideração conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas, ambientais, sociais, culturais e geográficas, de forma a facilitar o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento das regiões nas quais estes estão inseridos (MDA, 2016).

Visú (2014) menciona que a opção do PTC pela abordagem territorial também prioriza as regiões com baixo IDH. E, nesse sentido, o espaço deve ser trabalhado de forma a atingir níveis consideráveis de desenvolvimento territorial, implicando a efetivação de várias ações em um mesmo espaço, sendo possível, em um mesmo território acessar

potenciais variados, como por exemplo: a cadeia produtiva do leite, a fruticultura, a agricultura familiar, as organizações associativas e cooperativas, tudo em prol de atividades que envolvam a produtividade no campo ou na cidade, aproveitando-as de forma produtiva para efetivar o desenvolvimento sustentável.

Sob a ótica de Echeverri (2009), a decisão de passar de um foco centrado nos temas fundiários e de agricultura familiar para uma concepção territorial, integral e multisetorial, parte do reconhecimento de que os objetivos do desenvolvimento sustentável ultrapassam a dimensão econômico produtiva da agricultura familiar e envolvem outras esferas da vida social. Além disso, a aplicação de uma ótica centrada no território requer a compreensão de outros elementos, tais como uma visão integradora, reconhecendo o território ao mesmo tempo como elemento estruturante e objeto de política, além de orientador dos instrumentos para ele voltados.

Contudo, Echeverri (2009) adverte que a transformação desse objetivo em prática ainda se constitui um grande desafio. Na maior parte dos países da América Latina a aplicação desse enfoque ainda é incipiente.

A adoção da abordagem territorial como referência para estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se apóia pelo menos em quatro aspectos: a) o rural é mais que o agrícola, mais do que um setor econômico; as áreas rurais são definidas por suas características espaciais e apresentam menor densidade e maior peso nos fatores naturais quando comparadas a áreas urbanas; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento (por isso, a descentralização é necessária, face às políticas públicas, no que diz respeito à articulação de competências e de atribuição de espaços e de atores e nos diferentes níveis territoriais); e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento (ECHEVERRI, 2009, p. 48).

Na concepção do autor as diversas vertentes sobre a compreensão do território, conforme sua natureza e enfoque de aproximação, levam ao entendimento da multidimensionalidade do território, que ele assim explica:

Sob o ponto de vista jurídico-político, o território é definido como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder sob a concepção mais subjetiva – cultural e simbólica. Constitui produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço sentido, vivido e compartilhado. Sob a concepção econômica, o território evoca a dimensão das restritas relações econômicas, que concebe o território

como sinônimo de recursos, da relação capital-trabalho. E a concepção naturista enfatiza as relações homem/natureza/sociedade manifestada na relação ambiental (ECHEVERRI, 2009, P. 56-57).

Para Araújo (2009), a adoção da multidimensionalidade suscita os seguintes desafios: tratar o urbano no rural, não esquecendo as cidades; construir uma visão integrada, a partir da qual seja possível fazer a síntese de leituras dimensionais, considerando que integrar é mais do que sobrepor visões e leituras e que o todo não é a soma das partes; lidar com a desigualdade; garantir que a multidimensionalidade venha de dentro (do território) para fora, assegurando o protagonismo, e por fim, fazer uma leitura multiescalar, levando em conta os acontecimentos estaduais, regionais e nacionais.

Haesbaert (2007), por sua vez admite a ideia de sobreposição (e/ou a multifuncionalidade) territorial e a intercalação de territórios - como é o caso dos territórios diversos e sucessivos nas áreas centrais das grandes cidades, organizadas em torno de usos temporários, dando a esse processo o nome de multiterritorialidade.

Importa destacar que o termo multiterritorialidade proposto por Haesbaert (2007) como alternativa conceitual não deve ser confundido com a multidimensionalidade do território à qual Echeverri (2009) se refere e que também se aproxima da ideia de Saquet (2009), para quem a multidimensionalidade do território diz respeito às inúmeras dinâmicas que ali se processam, envolvendo as dimensões sociais e entre estas e a natureza exterior ao homem, sendo também o *locus* onde se materializam todas essas expressões.

A concepção de multidimensionalidade também se encontra contemplada no conceito de território adotado pelo MDA, sendo este entendido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 28).

Considera-se o território como unidade de planejamento adequada para:

(1) a gestão social e descentralizada das políticas públicas de desenvolvimento rural; (2) a execução de forma integrada dessas políticas; (3) a articulação entre as agências e os órgãos de diferentes instâncias do poder público nos níveis federal, estadual e municipal, em

um ambiente horizontal, fortalecendo o pacto federativo; (4) a articulação de diferentes atores sociais, fortalecendo uma cultura de participação social e elevando o patamar de discussão do estrito interesse local para esfera de maior complexidade territorial, e (5) a integração de órgãos públicos, contribuindo para uma atuação articulada, de caráter multidimensional, das políticas públicas para o rural (MDA, 2005, p. 28).

Acrescente-se que a identidade também se configura elemento central da abordagem territorial, Echeverri (2009) atribui seu significado a características, tais como: interesses compartilhados de grupos, padrões geográficos, condições culturais, étnicas ou religiosas, tempos de maturação dos processos históricos, tradição e acúmulo de construção social.

No que se refere aos povos e comunidades tradicionais, em especial aos grupos quilombolas, a terra possui uma simbologia e uma representação muito mais significativa, considerando que são comunidades marcadas pela conservação de princípios, saberes e práticas de matrizes afro-brasileiras (LACERDA; SIVA, 2018). Dessa maneira asseveram que:

O território envolve não apenas espaço físico, mas múltiplas dimensões, que constroem identidades, resistências e vivências de utilização dos recursos naturais de forma equilibrada. A cosmologia holística e integradora na relação com a natureza, bem como a necessidade vital de manutenção dos recursos, é imperativa para a sobrevivência das comunidades (LACERDA; SIVA, 2018, p. 296).

Essa dimensão simbólica, caracterizada pela força cultural da valorização e pela sensação de pertencimento do espaço pelo povo de um lugar, é o que se define como territorialidade. Importa destacar que os papéis desempenhados pelos atores estabelecidos nos territórios encontram-se envoltas em um jogo de poder, imanescentes às relações sociais, econômicas ou qualquer outro tipo de relações, que também origina forças de resistência, principalmente por parte dos grupos sociais periféricos em relação ao poder exercido pelo Estado. Tais disputas de espaços podem servir de comparações para a interpretação da dinâmica espaço-territorial. São nessas dinâmicas que estão inseridas as relações de poder e é a partir dessas relações que se dão a formação da territorialização (SANTOS; SILVA, 2015).

Isto demonstra a importância da territorialização, ou seja, da apropriação do espaço por parte dos atores, da existência de movimentos a partir do local e de uma construção em

termos de ideologia ou símbolos comuns relacionados às dinâmicas e lógicas dos níveis territoriais, uma vez que a identidade é elemento fundamental na construção do território.

2.1 Processo de Formação dos Territórios da Cidadania

As primeiras propostas de estruturação regional surgidas entre os anos de 1950-1970 do século passado, conduzidas por políticas verticalizadas ou de fora para dentro, serviu de base para a construção das sociedades industrializadas. Dos anos setenta em diante, passaram a ser adotados modelos de desenvolvimento regional que se tornaram comuns em diversos países e influenciaram as estratégias para os espaços rurais (ECHEVERRI, 2009).

Embora tendo contribuído para integrar espaços antes isolados, consolidar a fronteira agrícola e estruturar o mapa regional, relata o mesmo autor que por diferentes razões esses processos ocorreram em meio a enormes desigualdades regionais, em razão de desequilíbrios e antigos privilégios, acarretando na constituição de um mapa de disparidade composto por regiões muitas ricas e regiões de extrema pobreza.

Os anos noventa foram palco da emergência de uma retomada do debate político e acadêmico sobre desenvolvimento rural. Das discussões surgidas na época foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cuja implementação exigiu a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (Cmdr) com o objetivo de gerir os recursos. Nos anos dois mil, em função da constatação dos limites para que a agricultura e os municípios conseguissem efetivamente promover o desenvolvimento rural, surgiu a emergência da abordagem territorial (FAVARETO, 2010).

Nesse sentido, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), como parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e formulado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) (CORRÊA, 2009), derivado do antigo Pronaf, em vigor no período de 1997 a 2002. A compreensão era a de que as políticas públicas para o meio rural deveriam ser planejadas numa escala mais ampla que o município (OLIVEIRA, 2014).

Embora tenha sido criado em 2003, no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA JUNIOR, 2015), o Pronat só passou a atuar de forma regulamentada com a publicação da Portaria nº 05, de 18 de julho de 2005 (LEITE *et al.*, 2009).

A concepção do Pronat foi promover o processo de construção e implantação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de regiões onde

predominassem agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária. Desse modo, a partir da sua institucionalização foram definidos os territórios passíveis de serem alvos das políticas públicas (CORRÊA, 2009).

Conforme afirma a autora os territórios da cidadania surgem como um subproduto do Pronat, uma vez que os territórios rurais selecionados em seu âmbito para serem beneficiários de políticas públicas específicas foram os que apresentavam os menores índices de desenvolvimento e as piores condições de vida.

No intuito de concretizar essa ideia, no ano de 2003 o MDA iniciou o processo de conformação de territórios rurais e instituiu órgãos colegiados como a CIAT e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), além de fortalecer os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural (Cedr) e os CMDR (OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, de acordo com Oliveira (2014), mediante análise de projetos do Pronat no Território Meio Oeste Contestado (SC), as ações relacionadas ao Programa enfrentaram problemas, tais como a falta de participação do público ao qual era dirigido, local inadequado para implementação de propostas e desvio de finalidade, além de falta de planejamento e problemas na infraestrutura física e organizacional, concorrendo para a desmotivação dos beneficiados. Os problemas a seguir foram igualmente destacados pela autora como sendo fragilidades do Pronat:

- Projetos vinculados a emendas parlamentares, muitos dos quais voltados a atender um grupo político específico, deixando de considerar a noção de desenvolvimento territorial e de passar por uma discussão no Colegiado Territorial (CT).
- Instalação de empreendimentos cujas ações foram impostas ou executadas sem a efetiva participação dos beneficiados.
- Dificuldade dos atores envolvidos em realizarem a gestão compartilhada de um programa que envolve uma diversidade de interesses e atores, o que ocasiona disputas e conflitos que por vezes inviabilizam o processo de desenvolvimento.
- Processos de planejamento e execução de projetos com foco no município e de forma setorial.

Das experiências analisadas pela autora somente o projeto da coleta de leite apresentou caráter intermunicipal, as demais estiveram focadas em uma atuação estritamente municipalizada.

Cabe destacar, que embora tenha recebido críticas o Pronat representou o marco de uma nova modalidade de política nacional, a chamada política territorial (VISÚ, 2014), representando uma estratégia inovadora no sentido de reformular e implementar políticas

públicas que abandonam a limitada visão setorial do campo e passam a considerar suas múltiplas dimensões (SILVA JUNIOR, 2015).

Essa ideia inspirou a formulação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que surge no ano de 2008, por força do Decreto nº 11.503 de 25 de fevereiro desse mesmo ano, como um componente fundamental da agenda social do governo Federal. Concebido enquanto estratégia para o alcance do desenvolvimento regional sustentável e a garantia de direitos sociais voltado às regiões mais pobres do país, o Programa tinha como objetivo atingir o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (MDA, 2016), visando a construção de novos espaços de participação social para a gestão das políticas públicas em resposta às críticas em torno do viés setorial e estritamente focado na agricultura familiar promovido pelo Pronat (SILVA JUNIOR, 2015).

Segundo esse autor, o PTC teve sua implantação precedida por um fluxo de debates organizados por universidades, institutos de pesquisa e organismos internacionais os quais forneceram elementos atualizados sobre as condições das políticas disseminadoras da abordagem territorial no Brasil. Como um de seus objetivos era universalizar as políticas sociais em torno de um planejamento territorial seriam construídos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) específicos para cada território e elaborado com a participação de colegiados territoriais, compostos pelas três esferas governamentais e pela sociedade.

Tal processo asseguraria o cumprimento de uma agenda pactuada entre todos os envolvidos e valorizaria os pressupostos da multidimensionalidade, das múltiplas escalas de poder, além de estar calcado na ampla participação popular (SILVA JUNIOR, 2015).

Foram critérios utilizados na seleção dos Territórios da Cidadania, segundo Leite *et al.* (2009): a) menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); b) maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; c) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; d) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; e) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; f) menor organização social; g) pelo menos um território por estado da federação.

Do ponto de vista operacional, os territórios funcionam como uma espécie de fórum permanente encarregado de debater os dilemas do desenvolvimento rural, promover a concertação entre os atores sociais e articular as institucionalidades para que as políticas públicas sejam capazes de promover o desenvolvimento territorial. Deste espaço participam os sujeitos sociais advindos principalmente da agricultura camponesa

(associações, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, comunidades tradicionais, etc.) e gestores de políticas públicas nos três níveis de governo (RAMOS FILHO, 2015).

Prossegue explicando o autor que a partir do ano de 2003 diferentes mecanismos foram adotados no sentido de promover, articular e assessorar os territórios e suas instâncias. O mais recente destes foi a expansão, para todo o país, dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), concebido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA como uma unidade administrativa de apoio aos CT mediante extensão universitária e assessoramento técnico do Pronat e PTC.

Os cinco primeiros estados a incorporarem abordagem territorial e os PTDRS na construção de propostas e ações para composição de seus Planejamentos Plurianuais (PPA) (2012-2015) foram Ceará, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Posteriormente, no segundo ciclo de planejamento territorial, outros governos estaduais passaram a adotar essa abordagem territorializando seus estados para a realização do planejamento de suas ações (SANTOS, s/d).

A Tabela 2, a seguir, apresenta um panorama do Programa desde a sua constituição, no ano de 2008, até o momento atual.

Tabela 2 – Evolução em números dos Territórios da Cidadania.

Aspectos	Quantidade inicial	Quantidade atual
Territórios	74	120
Municípios beneficiados	1.061 mil	1.851 mil
Área	1,2 milhões	4,5 milhões
População total	21,4 milhões	44,6 milhões
População rural	5,9 milhões	13,6 milhões
Estabelecimentos da agricultura familiar	934,4 milhões	2,0 bilhões
Famílias de assentados da reforma agrária	102,0 mil	587,2 mil
Pescadores	136,1 mil	443,2 mil
Comunidades quilombolas	-	810
Terras indígenas	-	317

Fonte: adaptado de MDA (2016).

O PTC elenca quatro dimensões cujos resultados das iniciativas dos processos de desenvolvimento devem atingir, como se apresenta a seguir conforme destacado por Santos (2014, p.64):

- **Econômica:** resultados econômicos com nível de eficiência obtidos através da capacidade de usar e articular recursos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas e agricultores.

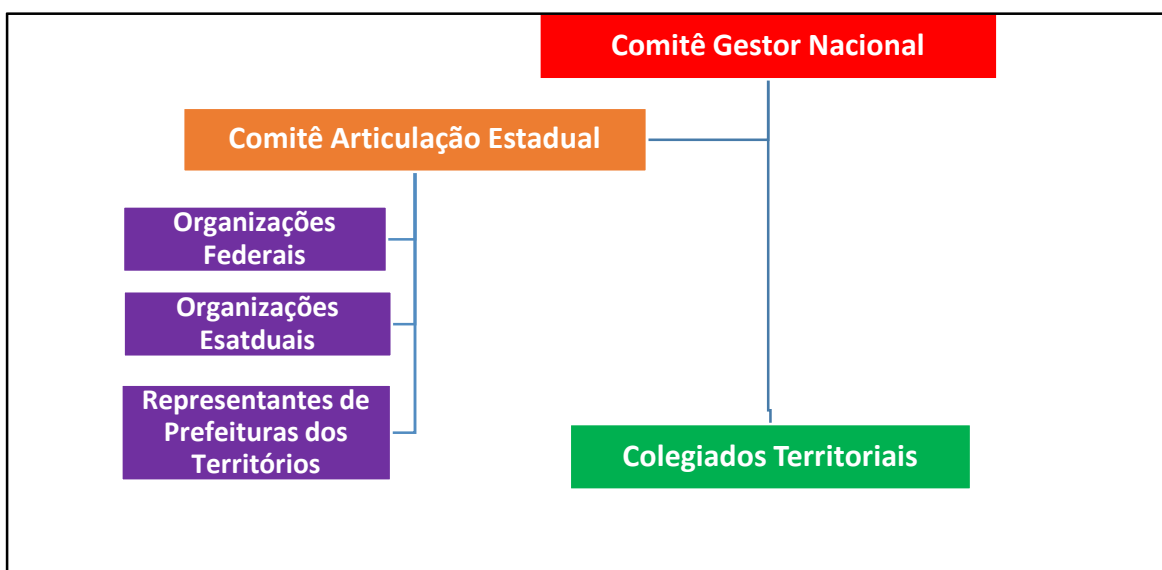
- **Sociocultural:** mais equidade social, com intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas de poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade.

- **Político-institucional:** criação de novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territorialmente articuladas e negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção e exercício da cidadania.

- **Ambiental:** compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, enfatizando a ideia de gestão sustentável da base dos recursos naturais e estimulando novas formas, mais responsáveis, do uso social da natureza.

O processo de gestão do Programa é composto por um tripé, formado pelo Comitê Gestor Nacional, Comitês de Articulação Estadual e os Colegiados Territoriais. O Comitê Gestor Nacional é formado por representantes de dezenove ministérios, sendo a coordenação geral de responsabilidade do MDA. A Figura 2, abaixo, expõe de forma esquemática como o Programa foi estruturado.

Figura 2 – Organograma de Gestão do PTC.



Fonte: Leite *et al.* (2009).

Segundo Favareto (2010), as ações iniciais do PTC foram passíveis de críticas, entre elas a de privilegiar a agricultura familiar, particularmente seus segmentos mais empobrecidos, e incluir nas políticas grupos sociais que pouco se beneficiavam delas, como as populações indígenas e povos tradicionais. No tocante à atuação dos segmentos integrantes dos colegiados a resposta também não foi muito positiva. Explica o autor que

na maioria dos casos a agenda dos colegiados era pautada pela elaboração e negociação de projetos de infraestrutura. Essa fragilidade também se fez refletir na elaboração dos PTDRS.

Quando da instituição do Programa ficou definida a participação dos diversos órgãos do governo federal, de forma a garantir a execução das ações aprovadas. Porém, com o lançamento do Decreto nº 13.157 de 24 de novembro de 2011, o qual altera o decreto de implantação, a criação e modificação dos territórios passa a ser de responsabilidade do Comitê Gestor Nacional, considerando os seguintes aspectos: a) a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de 80 habitantes por quilômetro quadrado; b) concomitantemente, população média municipal de até 50 mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes (FAVARETO, 2010).

O artigo 3º do Decreto de implantação define a escolha e priorização dos territórios a serem incorporados ao PTC e indica os diversos critérios para isto. Convém salientar que já constavam desse dispositivo legal os territórios da cidadania a serem considerados para as ações de 2008 e para as ações de 2009 (FAVARETO, 2010).

O Quadro 2, a seguir, apresenta as principais diferenças entre o Pronat e o PTC.

Quadro 2 – Comparação entre o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC).

PROGRAMA	Instituição	Dimensões	Recorte territorial	Combate à pobreza	Relação Território/União	Sistema de gestão	Instrumentos
Pronat	MDA/SDT	Foco na agricultura familiar	Supramunicipal com foco na densidade da agricultura familiar	Não está no seu plano de metas, assim sua atuação neste tópico é indireta	Identificação das demandas para liberação de recursos	Colegiados deliberativos definem prioridades e demandas de projetos e atuação com articulador estadual e local	Planos territoriais
PTC	MDA/SDT	Multidimensional	Supramunicipal com base na densidade da pobreza	É objetivo direto	Oferta de projetos federais e colegiados consultivos	Colegiados consultivos analisam oferta de projetos e ações no território com articulador estadual	Planos territoriais e Articulação de projetos setoriais da União

Fonte: Oliveira (2014).

Como se verifica no quadro acima, o PTC traz como principais inovações a proposta de gestão social (mediante a participação dos colegiados consultivos), o objetivo de combater a pobreza de forma direta, a articulação entre diferentes setores e uma visão multidimensional de território, tema já abordado anteriormente.

3 O PAPEL DOS COLEGIADOS NA GESTÃO DOS PTDRS

Pelo fato de ser pautada na articulação interinstitucional e na gestão social, a política de desenvolvimento territorial tem nos CT o principal fórum para operacionalização das ações nos territórios, se constituindo de acordo com Echeverri (2009, p. 97), “[...] o eixo central da gestão territorial e instância institucional em que a participação é feita e em que se realiza o ciclo de gestão territorial”.

Como esclarece Bitencourt (2015), a gestão social busca a participação coletiva livre de coerção em que todos possam se manifestar, constituindo-se um campo de informação científica com embasamentos teórico-metodológicos, cujo êxito dos processos privilegia a participação dos agentes sociais. Nesse sentido, a gestão social, que no caso dos TC se exprimem por meio dos colegiados, representa importante mecanismo para exercitar a gestão das ações materializadas nos territórios, haja vista a diversidade de representações e a multiplicidade de papéis a ela atribuídos.

Os colegiados são compostos por vários segmentos da sociedade civil organizada, como associação de pequenos agricultores, instituições de microcrédito, representantes de instituições (como prefeituras), instituições bancárias, sindicatos de trabalhadores rurais, etc.

Embora cada colegiado tenha um regimento interno que estabelece sua constituição e competências, entre outros aspectos, são funções do CT destacadas por Santos (2014), tomando como referência o “Guia de Orientações para Formalização dos Colegiados, para a Gestão Social do Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável”:

- Deliberar sobre o processo de desenvolvimento territorial, defender os interesses dos diversos segmentos sociais constituintes dos territórios, articular políticas públicas, recursos e esforços em torno da proposta de desenvolvimento sustentável;
- Representar o território perante entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, visando a articulação de parcerias e políticas que objetivem o desenvolvimento territorial;
- Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção participativa do planejamento territorial que deve resultar na elaboração coletiva do PTDRS;
- Coordenar e decidir sobre a seleção de projetos e programas de suporte ao PTDRS e também a elaboração de agendas de prioridades (é justamente devido a esse poder

decisório do colegiado que os representantes dos municípios fazem questão de participar da sua composição);

- Articular, apoiar e acompanhar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operacionalização de projetos específicos;

- Estimular e apoiar a criação, estruturação e operacionalização das Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, capacitação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação etc.);

- Contribuir para a integração territorial e articulação intermunicipal buscando estabelecer relações horizontais de cooperação que favoreçam o processo de desenvolvimento sustentável;

- Apoiar a elaboração de estudos, pesquisas e análise da conjuntura e realidade do território, bem como a produção de instrumentos de divulgação e informação e formação que contribuam para o desenvolvimento territorial;

- Desenvolver e apoiar programas, projetos, ações e iniciativas diversas desde que voltadas para o desenvolvimento territorial;

- Incentivar a qualificação e capacitação técnica dos membros e dos atores do território;

- Fomentar a criação e o fortalecimento de redes sociais de cooperação no território;

- Articular-se com outros colegiados, fóruns, redes, universidades, instituições de pesquisa e outros organismos nacionais e internacionais com o propósito de construir relações de cooperação, de produção de conhecimento e de troca de saberes.

Em síntese, cabe ao colegiado definir, orientar e negociar as iniciativas para implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural do território. Para isso, conta com as seguintes instâncias de funcionamento: Plenário, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico. Para ampliar o processo de ação e participação também podem ser constituídas Câmaras Temáticas ou Técnicas e Comitês Setoriais, Comitês Temáticos ou Técnicos. O Plenário é a instância máxima do Colegiado Territorial, sendo composto pela própria composição do colegiado (Santos, 2014).

Ainda de acordo com o mesmo autor, cabe ao Núcleo Dirigente o papel de coordenar as ações definidas pelo Plenário do CT, a partir de articulações com os demais segmentos sociais e agentes institucionais. Já o Núcleo Técnico, composto por representantes técnicos de organizações de ensino, pesquisa, assistência técnica e setores diversos de prestação de serviços do poder público e da sociedade civil, tem a função

prestar apoio ao Núcleo Dirigente. Essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do CT, que poderão ser convidadas de forma permanente ou para participarem em momentos específicos.

3.1 Importância dos PTDRS

Construído coletivamente com os atores territoriais, o PTDRS é o instrumento central de articulação e coordenação para o desenvolvimento e implementação da estratégia dos projetos territoriais em suas diferentes escalas visando à dinamização socioeconômica e sustentável dos territórios (BRASIL, 2010a, p. 35). Dadas essas características o plano é um instrumento essencial ao monitoramento e avaliação das ações por parte do Colegiado Territorial.

Considerando o PTDRS como o norte para o planejamento e a gestão social nos territórios, sua elaboração conta com a participação de consultores contratados pelo MDA e atores sociais locais (agricultores familiares, gestores públicos, representantes de ONGs, sindicatos, instituições de pesquisa, entre outras), a partir de metodologias participativas para o levantamento e problematização das informações e definição da visão de futuro do território, sob coordenação de seu respectivo Codeter (IPEA, 2011).

Pela sua importância, o PTDRS deve integrar uma visão ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável do território, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial. O importante é que o plano possa cumprir o papel de auxiliar na gestão social, permitindo aos atores sociais e ao Estado negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas (ADIB, 2005).

Ainda conforme esse autor, a elaboração do plano é de responsabilidade do CT. Porém, o documento deve expressar a síntese das decisões alcançadas pelo conjunto dos atores sociais, em conjunto com os entes públicos, durante o processo de planejamento do desenvolvimento territorial. Torna-se, a partir de então, um dos instrumentos para a gestão participativa do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do desenvolvimento sustentável.

Para sua elaboração foram realizadas nos territórios diversas oficinas, com recursos provenientes da SDT, nas quais foram decididas as áreas prioritárias para o investimento público, priorizando-se aquelas relacionadas às cadeias produtivas e aos projetos de

agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Com o mesmo objetivo, de orientar os participantes do processo, foi confeccionado um guia de planejamento e gestão do PTDRS (MDA, 2005).

No caso de Sergipe, em particular, a elaboração (Baixo São Francisco e Sul Sergipano) e atualização (Alto Sertão e Sertão Ocidental) dos PTDRS contou com a assessoria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, vinculado ao núcleo de Pós-graduação em Geografia da UFS em convênio com a SDT, por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), via chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014.

O aporte do NEDET também incluiu a produção de diagnósticos e pesquisas socioeconômicas multidisciplinares, com a geração de dados para subsidiar a Política de Desenvolvimento Sustentável da SDT/Sead com foco na territorialização. Também foram parceiros na construção dos planos entidades públicas nos âmbitos estadual e municipal e órgãos como o Instituto Federal de Sergipe - IFS e a Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Os PTDRS elaborados nos territórios contemplam etapas que guardam coerência e uma sequência lógica: i) marco conceitual-metodológico; ii) caracterização dos beneficiários; iii) conhecimento crítico da realidade (diagnóstico); iv) identificação dos eixos de desenvolvimento (diretrizes globais); v) orientações ao detalhamento das propostas (as linhas de ação e projetos específicos) (MDA, 2005).

Além disso, o PTDRS relaciona-se com dois processos distintos: a noção de contratualização entre os atores do território e a articulação de políticas públicas. A ideia é nele estejam definidos os eixos estratégicos prioritários para o desenvolvimento do território e, em cada eixo, os projetos específicos sejam financiados no âmbito do PRONAT (IPEA, 2011).

O plano tem como pressuposto o desenvolvimento integral do território, aproveitando as potencialidades territoriais na integração econômica de diferentes atividades produtivas, caracterizando-se como um instrumento auxiliar de gestão social que permite aos atores sociais negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CATALISADORAS PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O princípio da justiça social na esfera do Estado Democrático de Direito, consolidado no país com a promulgação da Constituição Federal de 1988, possibilitou por meio do seu conjunto garantias a ampliação do envolvimento de diversos atores nos processos de decisão e implementação das políticas sociais. A partir de então, uma nova configuração tomou corpo através dos conselhos, entre outras instâncias de participação, que foram se institucionalizando em praticamente todo o conjunto de políticas sociais (SILVA *et al.*, 2016).

Todavia, ainda que a participação social seja fator essencial à implantação e gestão de políticas públicas, haja vista a possibilidade de as organizações não governamentais agirem de forma a influenciar, direcionar, regular, controlar ou mesmo ajudar na formulação de políticas, o que define de fato a existência de uma política pública é o papel central exercido pelo governo.

Silva *et al* (2016) relatam a personalidade jurídica do ator protagonista como um dos aspectos inerentes a uma política pública, ou seja, sua materialização está atrelada ao poder do ator estatal. As políticas públicas envolvem a escolha, por parte do governo, de fazer algo ou não fazer (DYE, 1975 *apud* SILVA *et al*, 2016), mediante a seleção de etapas ou fases que passam pelos estágios de formulação, implementação e avaliação, entre outros (LASSWELL, 1956 *apud* Silva *et al*, 2016).

O cumprimento de tais etapas não significa, porém, o sucesso de uma política pública. Conforme Vallès (2002) muitas vezes políticas aparentemente bem elaboradas não obtêm os resultados previstos. Fatores como a falta de recursos, dificuldades de coordenação e de avaliação e a falta de integração são fatores que contribuem para o insucesso.

Importa ressaltar que no período compreendido entre os anos 1920 a 1980 o Estado brasileiro caracterizou-se principalmente pelo seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador, autoritário e não transformador das relações da sociedade, tampouco preocupado com o bem estar social (BARCELAR, s.d).

Nessa época o Brasil foi palco do chamado “milagre econômico” e seu grande objetivo era consolidar o processo de industrialização, tornar-se uma grande potência intermediária no cenário mundial. Tal postura foi evidenciada durante a participação do

país na Conferência de Estocolmo, quando esteve ao lado de nações que defendiam a ideia de desenvolvimento a qualquer custo, a qual trouxe reflexos para o estado de degradação vivenciado no tempo presente.

Durão (2003) chama atenção para o fato de no período de vigência do modelo desenvolvimentista, a prioridade dos investimentos estatais terem se voltado ao setor econômico, em detrimento da área social. Sob o seu ponto de vista, o desenvolvimento social era considerado inerente ao desenvolvimento econômico. Acrescenta o autor que a gestão dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que governaram o país entre os anos 80 e 90 seguiu a mesma linha, tendo inclusive aumentado a desigualdade social no país. Nesse período, além de ocorrer o processo de flexibilização das relações de trabalho acentuou-se a diminuição dos próprios postos de trabalho.

A política de desenvolvimento regional brasileira, implantada no início dos anos 2000, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou uma tentativa de mudança das condições socioeconômicas do país, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Experiências similares, que tendiam a reordenar o território contíguo produzindo efeitos sobre as populações nele residentes foram implementadas em escala supranacional, como foi o caso exitoso da União Europeia. Porém, nem todos os países que enveredaram por esse caminho alcançaram os efeitos desejados, haja vista a dificuldade para transformar realidades socioeconômicas arraigadas (BRASIL, 2005).

Atualmente, quando a atenção das políticas públicas está voltada para a busca de soluções locais específicas para cada região, é possível reconhecer a incapacidade das intervenções de amplitude macroeconômica até então empreendidas responderem sozinhas por resultados sociais positivos. Nesse contexto, a sustentabilidade se torna referência para qualquer estratégia e a abordagem sistêmica passa a ser referencial metodológico não apenas ao desenvolvimento da ciência atual, para além disso, começa a se fazer presente em todas as esferas da atividade humana envolvendo as mais diversas áreas do conhecimento (Boaventura dos Santos, 2016).

É justamente esse viés que se pretende avaliar neste estudo. Se a sustentabilidade representa na prática um dos requisitos para o desenvolvimento, e em que medida o componente ambiental se faz presente nas políticas voltadas aos TC, considerando que esta dimensão não pode estar desvinculada das políticas de desenvolvimento, como se apresenta a seguir.

4.1 A Abordagem Ambiental nas Políticas Públicas Voltadas ao Território

Somente na década de 1980, quando em diversas partes do mundo começou a emergir a preocupação com a questão ecológica, percebeu-se que o crescimento econômico por si só poderia ser extremamente excludente. Essa nova visão parte do entendimento que o crescimento econômico, apenas, não significa desenvolvimento, tampouco pode ser considerado sustentável, para que isso ocorra se faz necessário aliar ao crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais. Tal interdependência favorece a igualdade de oportunidades e a consequente maximização do crescimento econômico (ASSIS, 2006).

Deriva também dessa concepção, a ideia de que as pessoas não devem atuar exclusivamente como instrumento das políticas e programas, mas sim, serem coparticipes do processo, haja vista seu envolvimento ser fundamental para o alcance do sucesso desejado. Neste sentido, o alcance do desenvolvimento sustentável encontra-se atrelado a harmonia e racionalidade, não somente entre o homem e a natureza, mas principalmente entre os seres humanos, mediante o despertar da solidariedade e da mobilização por objetivos comuns entre os grupos envolvidos.

Tal compreensão foi reforçada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, onde entre tantos outros temas se refletiu sobre a possibilidade de se instituir políticas públicas para alcançar um desenvolvimento rural de caráter sustentável.

Chegou-se então ao entendimento que as políticas públicas devem articular as decisões locais às demandas sociais. Assim, para o caso brasileiro são necessárias políticas que propiciem o incremento e distribuição da renda e dos meios de produção a contingentes maiores da população que carecem de inclusão social (Assis, 2006).

A FAO tem desempenhado importante papel nesse processo. De acordo com Beduschi Filho (2014), a partir de uma reunião promovida por essa agência, composta por um conjunto de especialistas internacionais com fins a contribuir para uma análise global dos desafios que enfrenta o mundo rural, se chegou às seguintes considerações sobre alguns caminhos para o desenvolvimento, que merecem ser discutidos em consonância com as mudanças que estão em curso:

- i) **novas atividades não agrícolas:** o rural não deve ser entendido como sinônimo de produção agropecuária. Em áreas rurais se desenvolvem um grande número de outras atividades produtivas como turismo, serviços, conservação de recursos naturais, agroindústrias, etc.

ii) **valorização do patrimônio cultural e ambiental das comunidades rurais:** o resgate de valores culturais conservados e resignificados nas comunidades rurais é objeto de atenção cada vez maior pelas pessoas que vivem em áreas urbanas. Também o patrimônio ambiental, ou as “amenidades rurais”, como são chamadas na Europa, são cada vez mais valorizadas pela sociedade.

iii) **nova agricultura:** está emergindo e se consolidando uma agricultura de alto valor agregado, incorporada a cadeias de valor altamente diversificadas e dinâmicas, mais rigorosas com padrões de qualidade e sanidade e regida por contratos.

iv) **pagamentos por serviços ambientais:** que estão emergindo como uma alternativa promissora para a diversificação de ingressos das famílias rurais a partir de atividades de conservação ambiental (BEDUSCHI FILHO, 2014, P. 20).

Esse novo enfoque revela as novas tendências, desafios e perspectivas que se abrem para as políticas voltadas ao desenvolvimento rural, antes desprezadas em prol apenas da agricultura familiar.

4.2 O Viés da Sustentabilidade no Contexto do Desenvolvimento Territorial

A partir dos anos noventa as abordagens centradas na sustentabilidade passaram a fazer parte de inúmeras experiências relacionadas ao planejamento regional. O texto editado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), denominado “*Planejando o Desenvolvimento Sustentável – A Experiência Recente do Brasil*”, relata e analisa alguns esforços empreendidos em vários planos e estratégias durante o período de 1993 a 1997, como destacado por Guimarães Neto, na transcrição a seguir:

(i) o Projeto Áridas que se constituiu uma proposta de desenvolvimento sustentável e foi orientado para o esforço que abrangeu vários estados do Nordeste utilizando recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste oriundos do Banco Mundial; contou com o apoio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN/ PR (p. 92);

(ii) o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998) que seguiu de imediato ao Projeto Áridas aderindo à estratégia de sustentabilidade e atuando num contexto de mudanças políticas significativas no Estado do Ceará (p. 119); o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia elaborado em 1995, também, influenciado pelos procedimentos adotados pelo Projeto Áridas, tanto os relativos à metodologia, como à ideia de sustentabilidade; vale ressaltar que deste plano se deu o desdobramento do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão da Bahia;

(iii) o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco, elaborado em 1995, influenciado pelo Projeto Áridas e pela experiência de

planejamento sustentável da Zona da Mata do referido estado; esse plano estadual teve seu desdobramento na concepção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco, de 1997;

(iv) a experiência voltada para a sustentabilidade estendeu-se, também, ao Estado da Paraíba que, em 1995, elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1996-2010 que teve seu desdobramento em programas de desenvolvimento para a Zona Litoral-Mata e para o Agreste e Brejo da Paraíba;

(vi) o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, iniciado em 1996, como cenário elaborado até 2010, seguiu no essencial os procedimentos metodológicos dos planos estaduais e sub-regionais antes referidos; contou com um processo intenso de interação com a sociedade civil. No Rio Grande do Norte, com base nesse processo metodológico e com participação do IICA, houve o desdobramento dessa forma de planejamento em todo território estadual não analisado no livro do qual foram extraídos as informações e considerações aqui apresentadas.

Essa abordagem não se restringiu ao Nordeste e teve sua difusão em várias regiões brasileiras, abrangendo municípios, micro e mesorregiões, áreas de influência de projetos de infraestrutura, assentamentos e sub-regiões, sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais (GUIMARÃES NETO, 2010, p. 64).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no ano de 1999, teve como objetivo inserir o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro pela via do fomento à agricultura familiar (CARDOSO *et al.*, 2014). Entretanto, ressaltam os autores que:

No Brasil, o meio rural acompanhou a perspectiva (im)posta pelo capital globalizado à agricultura nos celeiros rurais: processos de modernização, na perspectiva da revolução verde, alimentados pela atuação de multinacionais produtoras de tratores, herbicidas, fertilizantes, entre outros. Tal processo teve caráter instrumental e produtivista, uma vez centrado no aumento da produção, na diminuição dos custos e na maximização dos lucros, além do controle do homem sobre a natureza numa tentativa, ainda que artificial, de recriar as condições naturais (Cardoso *et al.*, 2014, p. 45).

No contexto do desenvolvimento territorial, embora a ideia de integrar a sustentabilidade tenha sido uma forma de se contrapor a um modelo de crescimento ecologicamente predatório e socialmente excludente, as abordagens sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais tenderam a privilegiar os fatores econômicos, em detrimento de uma consideração consistente da dimensão socioambiental (BONNAL *et al.*, 2011).

Para Sachs (1986) pensar o desenvolvimento não é limitar-se a seguir um modelo padrão, mas sim refletir sobre soluções específicas para os territórios, considerando suas

singularidades ecológicas e culturais, assim como perceber suas necessidades de curto e de longo prazo. Enfatiza o autor que o alcance do desenvolvimento sustentável é, sobretudo, um desafio político.

Nesse sentido, a articulação entre políticas territoriais e sustentabilidade implica a construção de normas operacionais que permitam arbitrar minimamente as contradições que surgem quando se coloca por objetivo articular as três dimensões rivais do processo de desenvolvimento (econômica, social e ecológica). Daí questionarem sobre em que medida as três principais dimensões da sustentabilidade estão sendo incorporadas nas agendas e na seleção de projetos dos fóruns territoriais, seja por iniciativa dos atores sociais, seja por normas instituídas pelas políticas públicas (BONNAL *et al.*, 2011).

Ao analisar a dimensão ambiental de três territórios da cidadania do Rio Grande do Norte (Açu-Mossoró, Mato Grande e Sertão do Apodi), Cardoso *et al* (2014) constataram que os mesmos se encontravam em situação instável, próximo ao nível crítico. No meio estudado foi possível verificar a ocorrência de práticas nocivas ao ambiente, tais como queimadas, soterramento de lixo e poluição de fontes hídricas. Em relação à preservação das florestas e/ou existência de reservas legais, todos os territórios apresentaram baixo desempenho. Os autores concluem o trabalho afirmando que nos territórios pesquisados os temas ambientais são tratados de forma pontual junto à população, sem nítida preocupação com as gerações presentes e futuras.

Por razões como essas, Bonnal *et al.* (2011) afirmam que as reflexões voltadas à internalização dos preceitos do desenvolvimento territorial sustentável nos territórios rurais brasileiros ainda são incipientes e fragmentadas, estando distante a elaboração de um modelo de análise teórico-metodológica compartilhado para orientar a elaboração de programas coordenados de experimentação interdisciplinar-comparativa em diferentes contextos territoriais. Da sua ausência decorre o risco de uma tendência economicista e tecnocrática do enfoque territorial.

Os mesmos autores mencionam que a estratégia de desenvolvimento territorial sustentável exige um criterioso e detalhado inventário dos recursos locais, capaz de transformar aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento. Também se faz necessário intensificar o intercâmbio entre os diversos agentes (pesquisadores, associações civis, empresas privadas, agentes financeiros e órgãos públicos).

Brito (2013) afirma que apesar dos sérios problemas ambientais no meio rural, a exemplo de desmatamentos, terras degradadas e desertificadas, assoreamento dos rios, contaminação do solo e lençol freático, entre outros, tanto as ações desenvolvidas quanto o

montante investido nessa dimensão são inexpressivos. Adverte ainda que a escassez de ações voltadas às questões ambientais, aliada aos baixos índices relacionados à gestão ambiental dos territórios, pode comprometer a estratégia de desenvolvimento territorial sustentável propagada pelo programa, na qual devem ocorrer a integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial e a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas.

Os resultados da análise realizada pela autora nos territórios da cidadania do estado do Ceará indicaram que a maior parte das ações ambientais implementadas no âmbito do Programa restringiram-se ao licenciamento e ao manejo de recursos naturais e voltaram-se para os assentamentos rurais de reforma agrária. Embora seja um fator limitante ao desenvolvimento rural sustentável, o avanço da desertificação nas áreas rurais do estado não tem sido tratado diretamente pelo PTC.

Vale ressaltar que os projetos produtivos e de infraestrutura financiados no âmbito do PTC são definidos pelos colegiados, onde se desenvolve o chamado “ciclo de gestão social”, que pressupõe uma dialética ativa e progressiva entre o capital social do território, a participação coletiva e a implementação de projetos, redundando num processo virtuoso e sustentável de desenvolvimento rural (CANIELLO *et al.*, 2013).

Nesse sentido, os PTDRS se apresentam como importante instrumento, uma vez que possibilitará lançar as bases de uma Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico, a melhoria na qualidade das comunidades rurais, a valorização do patrimônio cultural e a proteção dos bens naturais. E embora sua construção seja coletiva, caberá ao CT, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, o papel de implementá-lo (SANTOS, 2012).

De acordo com Santos (2012) uma das importantes metas dos PTDRS é auxiliar a SDT na orientação e articulação de políticas públicas ambientais e apresentar os principais componentes da estratégia de capacitação para sustentabilidade da implementação e gestão dos projetos estratégicos ambientais pelos colegiados.

Na sua compreensão os territórios rurais são os principais provedores de bens e serviços ambientais, alguns com importância que vão além do local, funcionando mesmo como elemento estratégico na busca da construção da sustentabilidade do desenvolvimento.

Oliveira (2015) ressalta que a análise do território e de todas as suas potencialidades ecossistêmicas, assim como o uso dado aos recursos naturais e os

problemas ambientais dele advindos, reforçam a importância de perseguir o desenvolvimento sustentável na expectativa de crescimento do país.

Ao analisar projetos estratégicos ambientais contidos nos PTDRS construídos pelos TC brasileiros, Santos (2012) concluiu que em oitenta e oito deles (73%) há intensa preocupação dos colegiados territoriais com as questões ambientais, mesmo quando os projetos têm como foco principal as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Os temas ligados à gestão ambiental mais recorrentes nesses oitenta e oito planos envolvem as demandas de recuperação dos ecossistemas dos biomas dos territórios, tais como: recomposição e adequação ambiental das Áreas de Preservação Permanentes (APP), das Áreas de Reserva Legal (ARL), das matas ciliares, nascentes, mananciais, e das áreas com erosão laminar, além do desenvolvimento dos serviços ambientais, como a educação ambiental, programa agenda ambiental na administração pública, a implementação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), o monitoramento, fiscalização, vigilância, regulamentação ambiental e fortalecimento das institucionalidades sociais e públicas.

Na categoria estruturação dos territórios foram identificados um total de 379 projetos estratégicos na área de saneamento básico, dos quais 167 projetos ligados ao saneamento e abastecimento de água; 100 projetos de coleta seletiva e reciclagem; 58 projetos de esgotamento e drenagem urbana; 30 projetos de aterros sanitários e 24 projetos sobre tratamento de resíduos sólidos.

Conforme relata esse autor, a visão de meio ambiente contida nesses documentos não refere apenas à preservação ou à intocabilidade das florestas, mas, sobretudo, aos diferentes modos de relacionamento do ser humano com a natureza, percebida a partir de suas concepções de vida, tanto no plano individual como no coletivo, resultado de uma produção cultural movida por interesses diversos.

Segundo Santos (2012), o MDA dispõe de sessenta e duas políticas destinadas aos agricultores familiares, sendo nove destas destinadas a impulsionar o desenvolvimento ambiental. As demais revelam alguma forma preocupações com a sustentabilidade. Em relação aos instrumentos voltados à implementação de projetos estratégicos territoriais expressos na dimensão ambiental, são destacados pelo mesmo autor:

No âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF):

- a) Pronaf - que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

- b) Pronaf Agroecologia - linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos a implantação e manutenção do empreendimento;
- c) Pronaf Eco - linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
- d) Pronaf Floresta - financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- e) Pronaf Semiárido - linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

No âmbito do INCRA:

- a) Programa de Gestão Ambiental - os elementos orientadores desta política são o respeito as diversidades ambientais, a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos, em conformidade com a Resolução nº 289/2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Na Figura 3, a seguir, são apresentadas as ofertas potenciais de políticas públicas relacionadas à questão ambiental que permitem a implementação dos projetos estratégicos territoriais, com capacidade de projetar uma nova reconfiguração sustentável dos espaços territoriais regionais.

Figura 3 – Políticas públicas Federais, com forte relação com os Projetos Estratégicos da dimensão ambiental dos PTDRS.



Fonte: SANTOS (2012).

Vale ressaltar que mesmo tendo identificado planos que demonstram a preocupação com o viés ambiental estes não provocam um chamamento dos agentes de desenvolvimento para incorporar as diretrizes do desenvolvimento sustentável. São conduzidos sem agregar uma visão ampla da sustentabilidade e as questões ambientais são tocadas de forma tangencial, enfatiza Santos (2012).

As reflexões decorridas até o momento conduzem ao entendimento de que o processo de busca por um desenvolvimento que possa ser considerado sustentável exige proatividade, visão de longo prazo e acompanhamento dos resultados das decisões tomadas e das ações implementadas, aspectos contemplados nos mecanismos de gestão ambiental.

O arcabouço teórico apresentado também demonstra a importância da sustentabilidade como elemento fundamental ao processo de gestão dos territórios. Assim, entende-se que não basta existir um colegiado territorial, sem que este assuma sua responsabilidade na elaboração e execução das políticas voltadas ao alcance do desenvolvimento territorial rural sustentável.

5 DESAFIOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM SERGIPE

Este capítulo representa a análise e também a síntese de todo o esforço empreendido no decorrer da investigação. Tem-se aqui o desafio de apresentar, de forma integrada, os dados obtidos por meio da pesquisa exploratória realizada nos quatro TC de Sergipe, com base nos documentos disponíveis sobre cada um deles, em especial os PTDRS, assim como nas entrevistas realizadas junto aos membros dos CT.

Dessa maneira, convém inicialmente fazer um resgate do objetivo geral da pesquisa: “avaliar em que medida a dimensão ambiental encontra-se contemplada nos Territórios da Cidadania de Sergipe”, bem como dos caminhos percorridos para o seu alcance. Nessa direção, tomou-se como ponto de partida inventariar as ações com interface ambiental propostas em cada um dos TC. Em seguida, para facilitar a interpretação dos dados, as informações colhidas foram compiladas em uma planilha eletrônica.

Destaque-se que a opção por compilar os dados em planilha deveu-se ao fato de não haver nos PTDRS dos TC de Sergipe uma matriz padronizada. Cada um dos territórios construiu um modelo próprio, contendo eixos temáticos específicos, de acordo com suas necessidades, interesses e entendimento dos envolvidos na elaboração do plano, realidade essa que somada ao fato de parte dos entrevistados não conhecerem o plano em detalhes, suscitou na necessidade de encontrar uma maneira de codificar as informações estabelecendo um padrão.

Assim, considerando que as informações obtidas nessa etapa da pesquisa representam elementos chave para responder as questões que nortearam a investigação, optou-se pela adoção da metodologia de análise do conteúdo, como aludido no Capítulo 1. Para tanto, foram identificadas as palavras de maior incidência no PTDRS ou nos padrões de respostas do grupo entrevistado e priorizando aquelas que mais prevaleceram procedeu-se o agrupamento por categorias, tendo sido selecionadas as que se apresentam como elementos-chave dentro do tema objeto da investigação, conforme sugerido por Carlomagno; Rocha (2016), como se verifica a seguir:

- **Solo:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à recuperação e manejo do solo, contenção da erosão e uso de agrotóxicos.

- **Água:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à revitalização de corpos d'água, preservação de nascentes, recuperação de matas ciliares e gerenciamento dos corpos hídricos.

- **Vegetação:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à contenção do desmatamento, recuperação florestal de áreas degradadas, preservação da vegetação nativa.

- **Fauna:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à preservação da fauna e ao combate à caça e à pesca predatória.

- **Ações Preventivas:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à educação ambiental, fortalecimento da agroecologia e fiscalização.

- **Resíduos Sólidos:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à gestão dos resíduos sólidos, efetivação dos consórcios de resíduos sólidos e capacitação dos catadores de materiais recicláveis.

- **Saneamento:** reuniu ações referentes a estratégias voltadas à implantação de sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, implantação de redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Para facilitar a sistematização dos dados, as ações ambientais identificadas em cada um dos TC foram elencadas nas categorias correspondentes, como se observa nos quadros 3, 4, 5 e 6, a seguir.

Quadro 3 – Ações ambientais contempladas no Território da Cidadania Alto Sertão.

AÇÕES	CATEGORIAS						
	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO	FAUNA	AÇÕES PREVENTIVAS	RESÍDUOS SÓLIDOS	SANEAMENTO
	Proibição do uso de pesticidas	Revitalização do rio São Francisco	Recuperação de áreas degradadas	Combate à caça predatória indiscriminada	Fiscalização de carvoeiros	Gestão de resíduos sólidos	Implantação de sistemas de esgotamentos sanitários
	Contenção da erosão do solo	Desobstrução de nascentes	Manutenção da vegetação nativa	Aproveitamento dos resíduos de dessalinização para a alimentação de peixes	Desenvolvimento da educação ambiental		Constituição de redes de águas pluviais
	Promoção do correto manejo do solo	Desocupação das construções nas áreas de várzeas			Capacitação para a irrigação voltada ao controle da salinização		
	Combate à desertificação	Recuperação das matas ciliares			Proibição de práticas inadequadas de irrigação		
		Gerenciamento dos recursos hídricos					

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 4 – Ações ambientais contempladas no Território da Cidadania Sertão Ocidental.

AÇÕES	CATEGORIAS						
	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO	FAUNA	AÇÕES PREVENTIVAS	RESÍDUOS SÓLIDOS	SANEAMENTO
	Abolição da obrigatoriedade do uso de agrotóxico da política agrícola.	Recuperação das APPs com essências naturais e frutíferas	Contenção do desmatamento		Priorização de políticas públicas voltadas à agroecologia	Implementação de política voltada às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis	Construção de fossas sépticas nas áreas urbanas e rurais
		Combate à extinção de Nascentes	Resgate das sementes crioulas e dos guardiões de sementes		Unificação dos conselhos que tenham interface com a questão ambiental	Promoção de cursos de capacitação para os catadores de reciclagem voltados à divulgação e comercialização	
					Desenvolvimento de educação ambiental nas áreas urbana e rural		
					Promoção de cursos de capacitação na área ambiental		
					Elaboração de projetos voltados à sustentabilidade ambiental.		

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 5 – Ações ambientais contempladas no Território da Cidadania Baixo São Francisco.

AÇÕES	CATEGORIAS						
	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO	FAUNA	AÇÕES PREVENTIVAS	RESÍDUOS SÓLIDOS	SANEAMENTO
	Eliminação do uso dos agrotóxicos na produção do arroz e cana de açúcar	Melhoria das aguadas	Produção de sementes criolas	Eliminação da mortandade das abelhas	Fortalecimento da Feira da Agricultura Familiar	Efetivação dos consórcios públicos para destinação dos resíduos sólidos	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto
		Preservação das nascentes	Implantação de projetos que incentivem a plantação de hortaliças	Redução da pesca predatória (de arpão)	Fortalecimento da Agroecologia e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Território		
		Revitalização do Rio São Francisco	Freio ao desmatamento dos mangues	Estímulo à criação de peixe			
		Recuperação da mata ciliar	Recuperação da área de reserva de eucalipto dos artesãos				
			Contenção do desmatamento				

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 6 – Ações ambientais contempladas no Território da Cidadania Sul Sergipano.

AÇÕES	CATEGORIAS						
	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO	FAUNA	AÇÕES PREVENTIVAS	RESÍDUOS SÓLIDOS	SANEAMENTO
	Eliminação do uso de Agrotóxicos		Recomposição florestal nas áreas de reservas legais e APPs		Fortalecimento dos intercâmbios e mutirões relacionados a experiências agroecológicas		
	Construção de unidade de adubo orgânico		Recuperação de áreas degradadas		Fortalecimento das feiras da Agricultura Familiar no território		
	Incentivo à agricultura orgânica		Fortalecimento e incentivo ao cultivo e tratamento com ervas medicinais pela as mulheres nos quintais produtivos		Melhoria do aproveitamento da escola agrícola do território		
					Promoção de práticas agroecológicas		
					Incentivo à produção familiar de base ecológica		

Fonte: Elaboração própria (2019).

A partir da definição das categorias de análise, constantes dos quadros expostos acima, é possível verificar a existência de singularidades em cada um dos TC de Sergipe no que concerne à seleção de ações voltadas à dimensão ambiental. Além dos atributos específicos de cada território (ecossistemas, biomas, impactos ambientais etc), tais diferenças devem refletir aspectos relacionados à identidade, à organização e estrutura operativa do CT, assim como à linha básica da política adotada em nível territorial, entre outros, muito embora também se observe que mesmo existindo heterogeneidade algumas ações se repetem nos quatro territórios.

Com a finalidade de proceder a análise as categorias foram representadas graficamente e após a interpretação dos resultados os territórios foram classificados com base em um dos parâmetros abaixo:

- Território com baixo grau de priorização de ações ambientais no PTDRS;
- Território com médio grau de priorização de ações ambientais no PTDRS;
- Território com alto grau de priorização de ações ambientais no PTDRS.

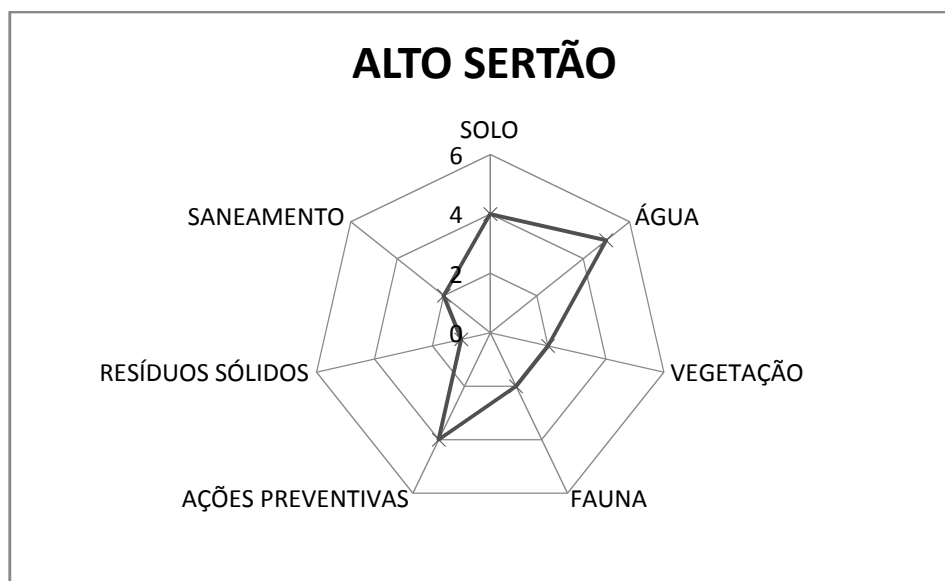
É importante enfatizar que não se pretende neste estudo qualificar as ações ambientais priorizadas em cada um dos territórios. O recorte analítico da pesquisa é a identificação das ações ambientais eleitas por cada CT, sob o entendimento de que a sua existência em maior ou menor grau constitui fator determinante para a sustentabilidade territorial, daí a importância de ouvir os atores territoriais que constituem os colegiados a fim de compreender as nuances que envolveram as escolhas por determinadas ações, procedendo-se a partir dessas impressões a análise qualitativa, reveladora do conhecimento, do grau de envolvimento e da coesão do grupo de atores territoriais no processo de gestão ambiental do território.

Compreende-se que na definição do conjunto de ações ambientais por parte dos CT também se encontra implícito o valor dado por cada território a quesitos, tais como: a) a utilização adequada do solo no processo de produção de alimentos; b) o aproveitamento do potencial ambiental local para alavancar a economia rural a partir da economia agrícola; c) o nível de conscientização populacional no tocante à preservação e ao uso inteligente da terra, e; d) o uso racional dos recursos, sem comprometer as gerações futuras, com foco no desenvolvimento rural sustentável.

5.1 Território da Cidadania Alto Sertão

A Figura 4, abaixo, gerada a partir dos dados constantes do PTDRS do TC Alto Sertão revela que a categoria água aparece como a maior preocupação desse território.

Figura 4 – Ações ambientais contempladas no TC Alto Sertão.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Como se verifica a categoria água atinge o nível 5, de um máximo de 6, enquanto que as ações voltadas à categoria resíduos sólidos, por exemplo, só chegam ao nível 1, tendo a pior avaliação. Foram ações relacionadas à água nesse TC: revitalização do rio São Francisco, desobstrução de nascentes, desocupação das construções nas áreas de várzeas, recuperação das matas ciliares e gerenciamento dos recursos hídricos. As ações constantes das categorias saneamento, vegetação e fauna também se encontram em níveis muito baixos, atingindo apenas 2 pontos, enquanto que as categorias solo e ações preventivas atingiram 4 pontos, podendo ser considerado bom.

Percebe-se, em primeira análise, que embora o território tenha priorizado ações condizentes com as características ambientais da região, a seleção não levou em conta uma análise sistêmica dos problemas locais, haja vista se tratar o bioma caatinga do menos preservado do país, estando o desmatamento associado ao processo de desertificação. Parte da mata original desse território foi suprimida para uso na produção clandestina de carvão vegetal ou transformada em pasto. Segundo informações do INPE, utilizando dados

referentes aos anos de 2013/2014 obtidas do satélite Landsat-8:, apenas 39,98% da caatinga existente no país encontra-se preservada. Além disso, a fauna e flora desse bioma são únicas. Estima-se que pelo menos 932 espécies já foram registradas para a região, das quais 380 são endêmicas.

Moreira (2016) também ressalta que do ponto vista ambiental, a região semiárida vem sofrendo um processo de degradação e desertificação decorrentes da chamada modernização da agricultura, que introduziu o uso excessivo de máquinas e dos defensivos agrícolas, que vêm sendo utilizados desde a década de 1970. Soma-se a isto questões como a crescente densidade populacional, práticas agrícolas predatórias, desmatamento de caatingas e matas ciliares, queimadas, poluição de rios e seus afluentes, além do impacto socioambiental decorrente da construção da barragem do Xingó, e do incremento da reforma agrária na região.

Conforme a mesma autora, no planejamento das ações territoriais voltadas ao meio ambiente referente ao ano de 2015 foram contemplados temas como obtenção do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa Água doce, Fundo Clima, pulverização aérea, consórcios públicos, licença ambiental para indústrias de pequeno porte e campanha contra o uso de agrotóxicos. Ressalte-se que o PTDRS desse território foi elaborado em 2005, necessitando ser revisado.

No que se refere aos municípios contemplados com as ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS os entrevistados disseram que não sabiam responder, pois não participaram do processo de elaboração do plano.

A seleção das ações constantes do PTDRS se deu mediante a reunião dos GT e das Câmaras Temáticas que contam com a maioria dos representantes da sociedade civil. Segundo os entrevistados, todos os municípios participam e qualquer entidade pode participar das reuniões do colegiado e emitir opinião, havendo assim expressiva participação. O diferencial na constituição do colegiado lhe garante ampla representatividade territorial.

Segundo os entrevistados, parte das proposições do PTDRS foram parcialmente executadas. Citaram a mobilização para gestão participativa do processo de desenvolvimento sustentável do Território Alto Sertão, desenvolvida pela SASAC em Poço Redondo, no ano de 2004 e, mais recentemente, a produção de viveiros de mudas típicas da região visando o reflorestamento para recuperação de áreas degradadas, embora

muitos problemas antigos continuem existindo. Contribuiu para a concretização de algumas ações a organização dos movimentos sociais locais, tais como FETASE e MST.

Ao serem perguntados sobre o valor destinado às ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS, os entrevistados declararam que não sabiam responder. A fonte dos recursos destinados às ações ambientais constantes do PTDRS do território também não é do conhecimento dos entrevistados, embora esses mencionem sua insuficiência para a execução das ações do plano. Para acompanhar a utilização dos recursos o CT realiza reuniões com os órgãos estaduais e federais e faz visitas às áreas beneficiadas.

Como o PTDRS do território foi elaborado há muito tempo nenhum dos entrevistados contribuíram com sugestões. Foi possível perceber que um dos entrevistados não conhece o plano, chegando a confundi-lo com o Regimento Interno do CT.

As reuniões do CT com o objetivo de alinhar as ações do plano e os meios para desenvolvê-las continuam existindo nesse território, embora não tenham a mesma periodicidade. Porém, ocorrem sempre que existe necessidade de discussões e deliberações. As temáticas ambientais mais frequentes estão relacionadas à seca, às práticas predatórias, ao uso abusivo de agrotóxicos e retirada da vegetação nativa.

Apenas reuniões foram citadas pelos entrevistados como exemplo de eventos voltados à temática ambiental realizadas pelo colegiado no último ano e apenas um dos entrevistados afirmou participar do Consórcio de Resíduos Sólido.

Foram cursos/eventos frequentados pelos membros do CT nos últimos anos: as Caravanas Agroecológicas e Culturais organizadas pelas instituições, redes e movimentos que compõem a Rede Sergipana de Agroecologia, dentre elas o Núcleo de Agroecologia da Embrapa, o curso de técnicas de convivência com o Semiárido, o curso de Produção Integrada e sustentável (PAIS) e a reunião realizada em 2015 com a presença do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, onde se abordou temas voltados a uma melhor convivência com a seca. Um dos entrevistados mencionou que não exatamente em 2018, mas que de 2015 a 2017 participou da Conferência Territorial e da Conferência de ATER, baseada nos princípios da agroecologia e do fortalecimento das cadeias produtivas predominantes na agricultura familiar.

Na figura a seguir encontra-se registrada uma reunião do CT com a participação de representantes do Projeto Dom Helder Câmara.

Figura 5 - Reunião do Colegiado Territorial Alto Sertão.

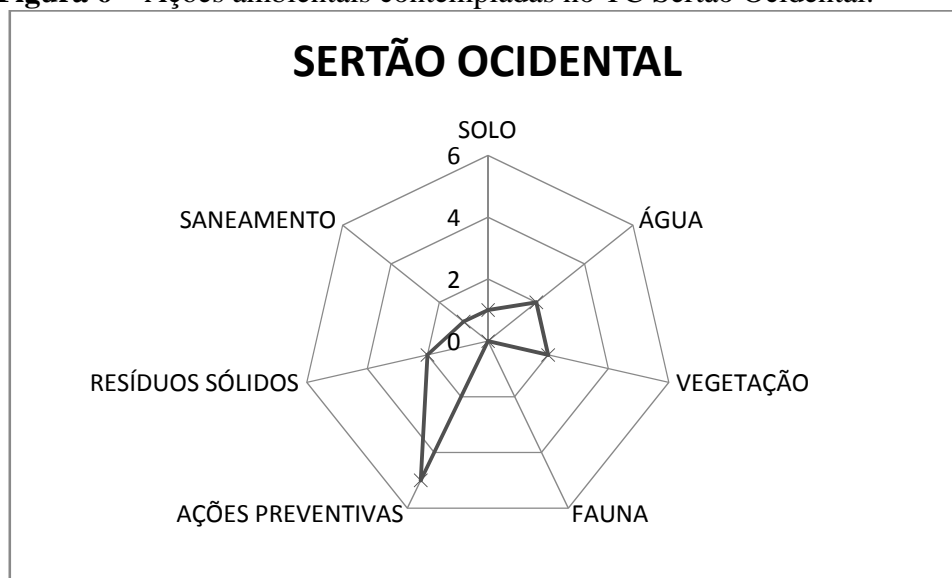


Fonte: Arquivo de Colegiado Territorial (2014).

5.2 Território da Cidadania Sertão Ocidental

A Figura 6 gerada a partir dos dados constantes do PTDRS do TC Sertão Ocidental revela que a maior preocupação desse território está voltada para as ações preventivas.

Figura 6 – Ações ambientais contempladas no TC Sertão Ocidental.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Enquanto as ações preventivas atingiram o nível 5 no TC Sertão Ocidental, nenhuma ação ambiental, propriamente dita, alcançou mais de 2 pontos. Foram ações preventivas eleitas nesse território: priorização de políticas públicas voltadas ao incentivo à agroecologia, unificação dos conselhos que tenham interface com a questão ambiental, desenvolvimento da educação ambiental nas áreas urbanas e rurais, promoção de cursos de capacitação na área ambiental, elaboração de projetos voltados à sustentabilidade ambiental.

Embora a avaliação das ações ambientais priorizadas no TC Sertão Ocidental possam em primeira análise causar estranheza, tal resultado possivelmente está relacionado à heterogeneidade do território, que como mencionou Santos (2014) pelo fato de agrupar tanto localidades do agreste como localidades do centro sul sergipano, representa um fator limitante para a elaboração de planos, tal como PTDRS.

Por outro lado, como será detalhado mais adiante o CT Sertão Ocidental é o que concentra maior número de membros envolvidos com a questão ambiental, podendo esse dado ter contribuído para as ações selecionadas.

Segundo os membros do CT entrevistados, as ações constantes do plano foram fruto de uma parceria entre as instituições governamentais nas esferas municipal, estadual e federal e a sociedade civil. O plano foi construído a partir das Plenárias Territoriais, oficinas de diagnósticos e Seminários que trataram das diretrizes inicialmente propostas pelo CT. Por meio de consultas públicas todas as esferas de governo puderam ouvir, avaliar e pontuar as principais reivindicações da população do território Sertão Ocidental.

Acrescenta um dos entrevistados que as diretrizes foram agrupadas em seis eixos temáticos: 1) Gestão Social Territorial; 2) Saúde e Meio Ambiente; 3) Agroecologia, Mercado Justo e Solidário; 4) Gênero e Juventude; 5) Educação, Juventude, Cultura Do Campo e da Cidade; 6) Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais. A partir daí foram feitas as sistematizações das contribuições colhidas e a elaboração do plano.

No que diz respeito à implementação das ações, constaram da fala dos entrevistados: realização de duas caravanas agroecológicas, encaminhamento do plano às instituições estadual e federal para que pudessem ser implementadas. Contudo, pelo que se tem conhecimento apenas os Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos e o Plano Estadual de Coleta Seletiva estão sendo executados.

Contribuiu para esse resultado, segundo os membros do CT, a articulação do colegiado com parceiros como a EMBRAPA; CFAC; EMDAGRO; INCRA; SEPLAN e SEAGRI.

Ao serem indagados sobre o montante de recursos destinados às ações ambientais contempladas no PTDRS do CT Sertão Ocidental os membros do colegiado afirmaram que não foram estipulados valores e que os recursos dispensados foram provenientes dos órgãos estadual e federal competentes, mas não identificaram tais instituições, tampouco se os recursos aplicados foram suficientes. O acompanhamento do uso dos recursos, que ocorreu até 2017, ficou a cargo do núcleo diretivo do CT, que também realiza visitas aos municípios contemplados com as ações.

São estratégias adotadas pelos colegiados no sentido de garantir a execução das ações ambientais propostas nos planos: estabelecimento de parcerias com o Poder público, municipal, estadual e federal, com entidades de educação e assistência técnica e com os conselhos de saúde; realização de cursos de capacitação na área ambiental, alguns dos quais voltados à formação de multiplicadores e curso de capacitação para os catadores de materiais recicláveis, além da implementação de projetos de sustentabilidade ambiental.

Ambos os entrevistados desse território afirmaram terem participado de todo o processo que culminou com a construção do plano territorial. Porém, igualmente declararam que nenhuma reunião foi realizada pelo colegiado junto ao Comitê de Articulação Estadual com o objetivo de alinhar as ações do plano e os meios para desenvolvê-las durante o ano de 2018. Já em relação aos eventos (encontros, reuniões, seminários etc.) voltados à temática ambiental os informantes afirmaram que os últimos ocorreram em 2016, quando foram realizadas as plenárias para elaboração do PTDRSS.

Um dos entrevistados participa do comitê estadual de resíduos sólidos representando o TC. Esse mesmo informante afirma ter participado, em 2016, de três eventos voltados à questão ambiental. Foram eles: plenárias sobre os consórcios Intermunicipais de Resíduos sólidos em Itabaiana e Lagarto e da plenária estadual sobre os consórcios Intermunicipais de Resíduos sólidos, em Aracaju.

Conforme os entrevistados, os dezenove municípios integrantes desse território participam de Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos e possuem Plano de Saneamento Básico.

Foram ações voltadas à preservação e conservação ambiental e manejo de recursos, implementadas pelos municípios que integram este território, segundo os entrevistados: Projeto Conserva Solo EMBRAPA (Simão Dias, Poço Verde, Tobias Barreto, Pinhão e Carira) e legalização de reservas legais em Lagarto, Itabaiana, Macambira.

Figura 7 - Reunião do Colegiado Territorial Sertão Ocidental.



Fonte: Arquivo de Colegiado Territorial (2017).

5.3 Território da Cidadania Baixo São Francisco

Na Figura 8, abaixo, gerada a partir dos dados constantes do PTDRS do TC Baixo São Francisco, pode-se verificar que a categoria que mais se destaca é a vegetação.

Figura 8 – Ações ambientais contempladas no TC Baixo São Francisco.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Enquanto a categoria vegetação atinge a pontuação máxima nesse TC, categorias como solo, saneamento e resíduos sólidos apresentam desempenho abaixo de 2. Em relação às categorias água e fauna o desempenho é regular, haja vista terem alcançado a pontuação 3. Foram ações priorizadas nesse TC na categoria vegetação: recuperação da mata ciliar, produção de sementes criolas, implantação de projetos que incentivem a plantação de hortaliças, a preservação dos mangues, a recuperação da área de reserva de eucalipto dos artesãos, e o combate ao desmatamento.

De fato, nas visitas a esse território foi possível perceber uma forte valorização dos princípios agroecológicos, especialmente nas atividades praticadas pelas mulheres do campo com ênfase em projetos socioambientais. Por se tratar de um território diverso, onde convivem povos indígenas e comunidades tradicionais, tais como: catadores, marisqueiros, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, a formação continuada dos agentes de ATER tem buscado metodologias participativas envolvendo a temática agroecologia, reconhecendo, porém, as identidades do público alvo por meio dos saberes empíricos dos diferentes gêneros e gerações.

Em relação à seleção dos municípios que são beneficiados pelas ações ambientais constantes do PTDRS os membros do CT que participaram da entrevista revelaram que embora o TC Baixo São Francisco seja composto por catorze municípios, participavam do colegiado e das ações do território com mais frequência representantes de oito municípios, quais sejam: Japoatã, Pacatuba, Neópolis, Brejo Grande, Ilha das Flores, Propriá, São Francisco, e Santana do São Francisco. Por essa razão, as ações ambientais constantes do plano teriam sido direcionadas esses municípios.

Ainda conforme os entrevistados, as ações constantes do plano foram apresentadas pelos membros do colegiado que frequentaram as reuniões para elaboração do PTDRS e aprovadas nas plenárias dos coletivos do colegiado. Tais plenárias envolveram as câmaras de produção econômica, juventude, comunidades tradicionais, mulheres e educação.

No tocante à implementação do plano, contam os membros do colegiado submetidos à entrevista que, concluída a elaboração do PTRDS o programa que financiava as ações dos territórios da Cidadania foi extinto e os colegiados ficaram sem condição de articulação e mobilização, além de não ter nenhum financiamento para implementar as ações propostas.

Contribuiu para esse resultado a desarticulação dos membros do CT. Isso teria inviabilizado a mensuração dos resultados.

Conforme relato de um dos entrevistados a primeira reunião do colegiado aconteceu no município de Muribeca, em janeiro de 2011. Na oportunidade foi definida a composição do Colegiado, que é renovada a cada ano de acordo com o regimento interno do território, e eleitos/as os/as integrantes das câmaras temáticas do meio ambiente, gênero, educação e cadeias produtivas do coco, rizicultura, mandiocultura, mel, pesca e artesanato.

Segundo os membros do CT não foi destinado nenhum valor financeiro para execução das ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS. Os recursos deveriam ser pleiteados via edital do MDA caso houvesse continuidade do projeto de fortalecimento dos territórios da cidadania.

Relatam os membros do CT que o PTDRS foi abortado precocemente, impossibilitando, dessa forma, a adoção de qualquer medida voltada à execução das ações ambientais nele proposta. A educação do campo foi indicada pelos membros do CT entrevistados como tendo sido proposição do PTDRS da qual participaram.

Em relação ao número de reuniões realizadas pelo colegiado junto ao Comitê de Articulação Estadual com o objetivo de alinhar as ações do plano e os meios para desenvolvê-las, os entrevistados não tiveram como responder, uma vez que o Programa Território da Cidadania foi paralisado. O PTDRS, segundo seus relatos, foi entregue à equipe estadual que participou da sua elaboração nas plenárias estaduais. Na proposta desse grupo o foco era desenvolvimento econômico e o Baixo São Francisco não estava incluído. Foi incluído posteriormente após reivindicação de alguns representantes do território.

Os entrevistados também relataram não terem conhecimento de quantos eventos (encontros, reuniões, seminários etc.) voltados à temática ambiental foram realizadas pelo colegiado no último ano.

Nenhum dos membros entrevistados nesse TC faz parte de algum dos fóruns/entidades com interface com as questões ambientais, tampouco participaram de cursos/eventos voltados a essa temática.

Quando indagados sobre quais os municípios integrantes desse território participam do Consórcio Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos ou se possuem Plano de Saneamento Básico, os entrevistados afirmaram não saber responder. A resposta foi a mesma para o questionamento sobre as ações voltadas à preservação e conservação ambiental e manejo de recursos que haviam sido implementadas pelos municípios que integram o território.

A seguir encontra-se registrada uma reunião do CT para discussão do PTDRS.

Figura 9 – Reunião do Colegiado Territorial Baixo São Francisco.

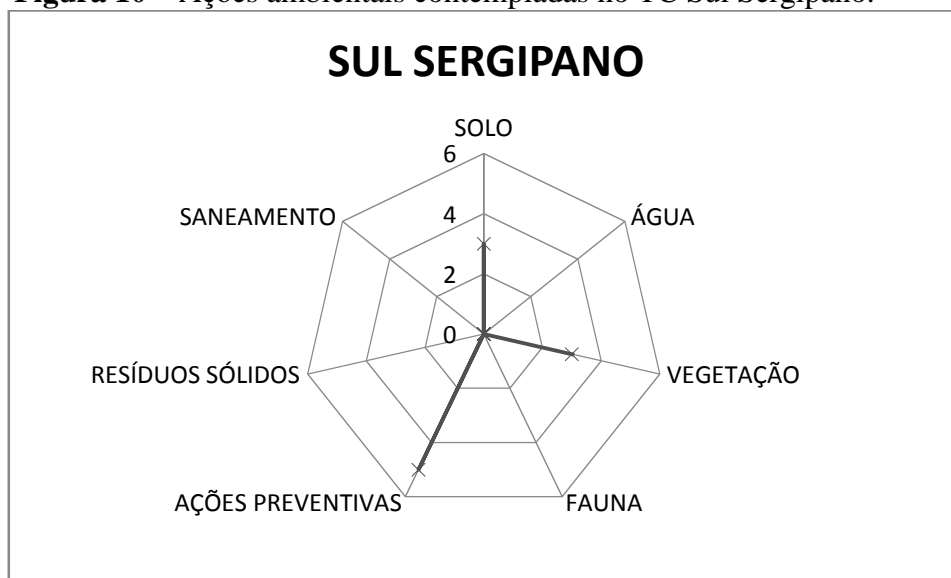


Fonte: Arquivo de Colegiado Territorial (2012).

5.4 Território da Cidadania Sul Sergipano

Verifica-se na Figura 10, abaixo, gerada a partir dos dados constantes do PTDRS do TC Sul Sergipano, que a categoria que mais se destaca é ações preventivas.

Figura 10 – Ações ambientais contempladas no TC Sul Sergipano.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Conquanto as ações preventivas atingiram a pontuação 5, as categorias solo e vegetação obtiveram a pontuação 3, considerada regular. Já as categorias saneamento, resíduos sólidos, água e fauna não pontuaram nesse território. São ações ambientais contempladas no PTDRS: fortalecimento dos intercâmbios e mutirões relacionados a experiências agroecológicas, fortalecimento das feiras da agricultura familiar no território, melhoria do aproveitamento da escola agrícola do território, promoção de práticas agroecológicas, incentivo à produção familiar de base ecológica.

Embora a pontuação desse CT no que diz respeito às ações ambientais, propriamente ditas, tenha sido de regular a baixa, esse território tem uma longa trajetória de atuação na temática ambiental. Questões voltadas ao uso de agrotóxico, produção de adubo orgânico, canteiro econômico e biofertilizante há muito constam da sua pauta de discussão.

Assim, é possível que ao priorizar as ações preventivas o CT tenha objetivado minimizar os eventos adversos que se apresentam com potencial para ocasionar danos

ambientais, uma vez que este tipo de medida procura anteceder a ocorrência do impacto negativo poupando recursos com ações mitigadoras ou compensatórias.

O depoimento dos membros do CT que participaram da entrevista reforça a atuação desse território no que diz respeito às ações voltadas ao componente ambiental. Dentre as ações desenvolvidas foram destacados: intercâmbios de experiências agroecológicas realizados nos municípios de Itabaianinha e Estância com o objetivo de conhecer experiências agroecológicas na região e trocar conhecimentos entre agricultores, agricultoras e pesquisadores e a organização da Unidade de Produção de Adubo Orgânico, em Estância.

Em relação à forma como as ações constantes do plano foram selecionadas, os entrevistados fizeram referência às reuniões das Câmaras Temáticas e do CT e citaram os debates sobre as questões territoriais, a eleição de prioridades elencadas nos diferentes eixos de atuação do programa, bem como a inclusão de aspectos constantes no projeto do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), desenvolvido pela UFS, em parceria com o IFS e a EMBRAPA.

Segundo os entrevistados, das ações constantes no plano foram implementadas até o momento: a construção de Unidades de Produção de Adubo Orgânico; a realização de reuniões das Câmaras Temáticas (Inclusão Produtiva, Agroecologia, Gênero, Educação do Campo), a realização das Caravanas Agroecológicas, o Diagnóstico de Sistemas Agrários, os Intercâmbios de Mulheres Camponesas e a apresentação de projetos para concorrer aos editais PROINF através da SEAGRI. Contribuiu para esse resultado a Organização dos movimentos sociais do campo na região e a participação dos Sindicatos, com o auxílio de instituições parceiras, tais como a UFS, o IFS e a EMBRAPA.

Chama atenção um dos entrevistados, que o corte de recursos e encerramento do projeto NEDET, a partir de mudanças governamentais e enfraquecimento da política territorial com o fim do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), foi um fator que concorreu para a descontinuidade das ações do território.

Os entrevistados afirmaram desconhecer o montante de recursos destinados às ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS e mencionaram que parte dos recursos a elas destinados eram oriundos do projeto NEDET, com financiamento do CNPq e MDA a partir da chamada pública do programa Territórios da Cidadania. Embora tais recursos fossem considerados insuficientes, deixaram de existir com a finalização do projeto (NEDET), logo após a conclusão do PTDRS.

Para acompanhar a utilização desses recursos o CT contava com um Núcleo Diretivo composto por representantes de diferentes setores da sociedade (Poder Público e Sociedade Civil), os qual se reunia mensalmente para discutir as ações e recursos destinados.

Entre as estratégias adotadas pelo CT do território Sul Sergipano no sentido de garantir a execução das ações ambientais propostas nos planos foram destacadas pelos entrevistados as reuniões mensais e acompanhamento de representantes do colegiado nas atividades desenvolvidas.

Ambos os entrevistados afirmaram terem contribuído na construção do plano territorial mediante sugestões voltadas a desenvolver a agroecologia e comercialização da produção orgânica na região.

Quanto ao número de reuniões realizadas pelo colegiado junto ao Comitê de Articulação Estadual com o objetivo de alinhar as ações do plano e os meios para desenvolvê-las não se obteve resposta. Também não houve resposta para o número de eventos voltados à temática ambiental realizados pelo colegiado no último ano.

Um dos entrevistados disse compor o Conselho de Meio Ambiente de seu município, porém, no último ano não participou de nenhum curso/evento voltado à questão ambiental.

Na figura a seguir encontra-se registrada uma reunião do CT.

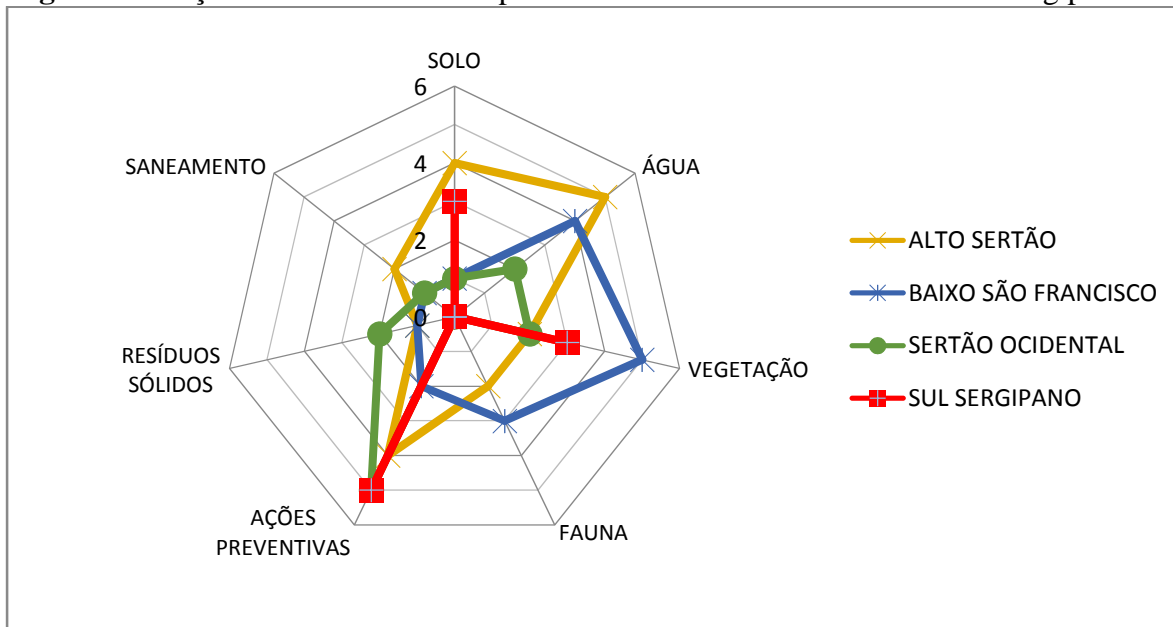
Figura 11 - Reunião do Colegiado Territorial Sul Sergipano.



Fonte: Arquivo próprio (2018).

A figura 12, a seguir, representa a síntese das ações contempladas dos quatro TC de Sergipe, conforme as categorias de análise selecionadas.

Figura 12 - Ações ambientais contempladas nos Territórios da Cidadania de Sergipe.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Os dados constantes da Figura 12 revelam que:

O TC Alto Sertão demonstra alto grau de priorização de ações ambientais relacionadas às temáticas solo, água e ações preventivas e baixo grau de priorização de ações ambientais relacionadas a temas como vegetação, fauna, resíduos sólidos e saneamento.

O TC Sertão Ocidental demonstra alto grau de priorização de ações ambientais relacionadas a ações preventivas e baixo grau de priorização de ações ambientais voltadas aos demais componentes: solo, água, vegetação, fauna, resíduos sólidos e saneamento.

O TC Baixo São Francisco demonstra alto grau de priorização de ações ambientais relacionadas a vegetação, médio grau de priorização de ações ambientais relacionadas a água e à fauna e baixo grau de priorização de ações ambientais voltadas ao solo, às ações preventivas, aos resíduos sólidos e ao saneamento.

O TC Sul Sergipano demonstra alto grau de priorização de ações ambientais relacionadas às ações preventivas, médio grau de priorização de ações ambientais

relacionadas ao solo e vegetação e baixo grau de priorização de ações votadas aos demais componentes: água, fauna, resíduos sólidos e saneamento.

O quadro seguinte sintetiza o grau de priorização das ações ambientais em cada um dos territórios da cidadania de Sergipe.

Quadro 7– Classificação dos Territórios Conforme O Grau de Priorização das Ações Ambientais.

Território	Grau de priorização
Alto Sertão	
Sertão Ocidental	
Baixo São Francisco	
Sul Sergipano	

Fonte: Elaboração própria (2019).

A comparação entre os territórios revela que embora cada um deles guarde suas particularidades, de uma maneira geral as ações contempladas apresentam similaridades. As principais diferenças dizem respeito especialmente às características e potencialidades de cada local. No caso do Alto Sertão e do Sertão Ocidental, além das ações preventivas, fica evidente a preocupação com a escassez hídrica, no Baixo São Francisco verifica-se que a maioria das ações estão voltadas à manutenção e recuperação do rio, enquanto que no Sul Sergipano são destacados aspectos relacionados ao fortalecimento da agricultura orgânica e agroecologia, haja vista ser um território onde uma das principais fontes de renda provém da agricultura familiar.

As ações de saneamento e resíduos sólidos não apresentaram estratégias diferenciadas, praticamente se repetem nos territórios, deixando claro a inexistência de ações que levam em conta as particularidades locais, aspecto de suma importância, considerando-se que cada território é uno, que em cada localidade há uma maneira particular do homem se relacionar com a natureza e que cada comunidade possui experiência própria no uso e no manejo dos bens ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que a questão ambiental se configura um grande desafio para que as ações contempladas nos Territórios da Cidadania de Sergipe se desenvolvam sobre bases sustentáveis, assim como preceitua o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

A maior parte das ações mapeadas nos quatro TC sergipanos ficaram apenas no campo da ideia, tanto pelo fato de não terem sido lançados editais específicos para esse fim, acarretando na não disponibilização de recursos, quanto pela falta de efetividade dos agentes envolvidos em cada um dos territórios, que mesmo tendo conhecimento dos problemas ambientais da região e da necessidade de mitigá-los, não seguiram na busca de outras fontes de recursos para execução das ações priorizadas no plano.

As raras ações ambientais que se desenvolveram ou que estão em curso nos TC sergipanos ocorrem por força da lei, como é o caso dos consórcios de resíduos sólidos, cuja legislação estabelece prazo para adequação por parte dos municípios e a elaboração do Plano de Saneamento Básico, sem o qual as cidades ficam impossibilitadas de acessarem recursos federais.

Essa limitação pode, em parte, ser justificada pelo pouco envolvimento dos membros do CT e dos parceiros institucionais com as questões ambientais. A pesquisa demonstrou a pouca representatividade de agentes e órgãos envolvidos com a questão ambiental atuando nos territórios.

Do ponto de vista macro, é possível afirmar que embora as políticas públicas de desenvolvimento regional levem a bandeira da sustentabilidade, o componente ambiental continua não sendo, de fato, uma prioridade para todos os territórios estudados.

Observa-se ainda que o PTDRS não se configura verdadeiramente um instrumento de gestão, haja vista os colegiados territoriais não monitorarem os graus de execução de distintas políticas públicas nem proporem projetos relacionados às ações previstas na matriz.

O depoimento dos membros do colegiado revelou que alguns deles desconhecem ou apenas ouviram falar no PTDRS.

Apesar dos avanços alçados no que se refere à gestão social do território, mediante o empoderamento e participação ativa da sociedade, tanto nos debates quanto nas

proposituras, os mecanismos de controle das ações ambientais por parte da sociedade civil ainda carecem de melhorias, com intervenções mais qualificadas.

Por outro lado, os PTDRS elaborados nos territórios precisam de maior clareza no que diz respeito ao detalhamento das estratégias, das metas e do horizonte temporal previsto para efetivação de cada uma das ações propostas, assim como a definição dos recursos técnicos e financeiros para sua execução. Deve-se igualmente apontar os responsáveis pelo gerenciamento (acompanhamento, avaliação e monitoramento) das metas, haja vista esse aspecto ser fundamental para a obtenção de resultados mais efetivos.

Cabe, por fim, destacar que além do enfraquecimento das ações territoriais observadas a partir da segunda década dos anos 2000, o país passa por mudanças de ordem estrutural e política que podem vir a comprometer ainda mais a continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento regional e ao planejamento territorial, apontando para a importância dos agentes territoriais continuarem se articulando, mesmo na ausência de um Programa instituído, sob o risco de se perder toda a construção anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIB, Renaul Alberto. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia de planejamento**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios da multidimensionalidade. Visão a partir do Brasil**. In: **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009.p. 35-51 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10).

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.** vol.10 nº.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A Política Pública de Desenvolvimento Regional: da “letra da lei” ao sentido do texto. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 37-50, jan./jun. 2012.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – tendências, desafios e perspectivas**. In: **Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental**. Luiz Carlos Beduschi Filho et al (Orgs.). Editora Cubo, São Carlos: 2014, 87 p.

BITENCOURT, Daniela Venceslau. **Administração e gestão social: aspectos dimensionais do desenvolvimento sustentável em municípios sergipanos**. 2015, 112 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2015.

BOAVENTURA DOS SANTOS, Ricardo. **Relações entre meio ambiente e ciência econômica: reflexões sobre economia ambiental e a sustentabilidade**. Paraná: 2016. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/glauberpereira/files/2016/07/CASO-01.pdf>> Acesso em 14 de julho de 2018.

BONNAL, Philippe et al. **Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural**, p. 35-60. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil, Série desenvolvimento rural sustentável**, Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores), v.14, Brasília: IICA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento territorial**. Brasília: MDA/ SDT, 2010a. 45 p. (Documentos de Apoio, 2). Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio063.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2018.

_____. Decreto nº13.157, de 24 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 nov. 2011.

_____. Decreto nº 11.503, de 25 de fevereiro de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 fev. 2008.

BRITO, Ana Vlândia da Costa. O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável. **Dissertação (mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. 90f. Fortaleza/CE, 2013.

CARDOSO, Bruno Luan Dantas et al. Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **RECADM**, v. 13, n. 1, p. 39-55, Jan-Abr/2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307778086_Desenvolvimento_territorial_sustentavel_estudo_comparativo_de_indicadores_do_sistema_de_gestao_estrategica_em_territorios_rurais_do_Rio_Grande_do_Norte_doi_105329RECADM2014001> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CANIELLO, Márcio et al. **Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. In: Sustentabilidade em Debate** – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 4, n. 2 (2010 - 2013). – Brasília, 2013.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>> Acesso em 17 de julho de 2018.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. In: Regional, urbano e ambiental**, IPEA, dezembro de 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional_3_cap3.pdf> Acesso em 07 de dezembro de 2017.

DURÃO, J. E. Crise do Estado e Políticas Públicas: responsabilidade fiscal e irresponsabilidade social? In: **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais**. Orlando Alves dos Santos Júnior et al... (Org.) Rio de Janeiro: Fase, 2003.

ECHEVERRI, R. Perico. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: MDA/SDT/IICA, 2009.

FAVARETO, A. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. p. 15-46. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v. 12).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil**, p. 47-80. In: **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**:

avanços e desafios, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Favareto, Arilson et al. (Organizadores), v.12, Brasília: IICA, 2010.

GUIMARÃES, R. S. Visão sistêmica do meio ambiente no pensamento de EDGAR MORIN, **Vi. En.**, v. 02 n. 03, p. 17-21, mar/set. 2010.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate. In: GEOgrafia**. Ano IX, n. 17, 2007. p. 19-28. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojos/index.php/geographia/article/viewArticle/213>> Acesso em 01/05/2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: 1990.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3895>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

LACERDA, R. dos S.; SILVA, G. M. da. Desafios para a construção do conceito afrocentrado de desenvolvimento. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 45, p. 294-315, abril 2018.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Gestão social: reflexões e proposições**, p. 95-146. **In: Gestão social dos territórios**, Barcelar, Tânia et al. (Organizadores). Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10, Brasília: IICA, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio de Azevedo; COSTA, José Eloízio da. **Contradições, avanços e desafios na formação dos territórios rurais do alto sertão sergipano e agreste de Alagoas. In: Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste**. São Cristovão/SE: Ed. da UFS, 2009. p. 11-44.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento. Documento de Apoio Nº 02. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_220-28-11-2012-12-04-356539.pdf> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/tags/territ%C3%B3rios-da-cidadania>> Acesso em 18 de setembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Documento referência: 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário – CONDRAF, Brasília-DF, abril de 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

_____. Mistério do Desenvolvimento Agrário. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil, Série Documentos SDT 01, Brasília, março de 2005.

Moreira, Maria de Fátima. Participação social, movimentos sociais e desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano. **Dissertação (mestrado)**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. 137 f. São Cristóvão, 2016.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**, tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p

NUNES, Emanuel Márcio. **Inovação, diversidade e sustentabilidade na gestão de territórios rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento do Assu-Mossoró e do Sertão do Apodi (RN)**. In: **Relatório Território da Cidadania Açu/Mossoró (RN) - Célula de Acompanhamento e Informação (CAI)**. Departamento de Gestão Ambiental da FACES/UFRRN, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra001.pdf>> Acesso em 24 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Débora Catherine Santos. Produtores rurais do alto sertão sergipano: financiamento e estiagem em foco. **Dissertação (mestrado)**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015. 148 f. : il.

OLIVEIRA, Luiza Zitzke. Análise do programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (prona): o caso do território Meio Oeste Contestado (SC). **Dissertação (mestrado)**. Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. 213 f. Florianópolis - Santa Catarina, 2014.

OLIVEIRA, Marina de Carvalho *et al.* Políticas públicas de educação para grupos comunitários no baixo são francisco: tensões entre ajustamento e resistências. In: I Seminário Nacional de Sociologia da UFS. **Anais...** Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS. Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão/SE, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs>>. Acesso em: 14/02/2018.

OLIVEIRA, Oleides Francisca de *et al.* A implementação do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e do programa territórios da cidadania no estado de Rondônia. Revista Grifos. n. 30/31. Santa Catarina: 2011.

PEDROZO, Eugênio Ávila; SILVA, Tania Nunes da. **O desenvolvimento sustentável e a abordagem sistêmica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2000. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19345/000293927.pdf?sequence=1>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

RAMOS FILHO, Eraldo. A implantação do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano. IN: Lutas sociais do campesinato na contemporaneidade no Brasil. **Boletim Dataluta**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. mês I, nov. de 2015, número

95. Presidente Prudente. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>. Acesso em 10/04/2018.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem Territorial. In: Territórios e Territorialidades: teorias, Processos e Conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. V.1, p.73-94.

SANTOS, Abeaci dos; GOIS, Magaly Nunes de. **O território alto sertão sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial**. S.D. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2018.

SANTOS, Carmem Lúcia. **A política de desenvolvimento dos territórios rurais e seus efeitos nas dinâmicas estruturais do alto sertão em Sergipe, nordeste do Brasil**. S.D. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Carmem%20L%20Facia%20Santos.pdf>> Acesso em 22/11/2017.

SANTOS, Carmem Lúcia. O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. **B. goiano. geogr.** Goiânia, v. 30, n. 1, p. 51-67, jan./jun. 2010.

SANTOS, Dario Nunes dos. **Documento contendo subsidio para orientar a ação da SDT/MDA na articulação com políticas públicas ambientais e nas ações de capacitação para gestão dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável - PTDRS, com foco nos projetos estratégicos ambientais**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – ICCA. 2012. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/pc_produto_dario.pdf> Acesso em 22/03/2018.

SANTOS, J. de J.; SILVA, G. M. da. Cartografia social: o mapa como construção cultural e exercício do poder. **GEOGRAFARES**. Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES Agosto-Dezembro, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/10126/8182>> Acesso em 05 de setembro de 2018.

SANTOS, Plínio Elkson dos. Desafios da gestão social: as experiências no território do sertão ocidental sergipano. 2014. **Dissertação (mestrado)** 125 f. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE.

SANTOS, Plínio Elkson; COSTA, José Eloízio. Desafios da gestão social do território: as experiências no território do Sertão Ocidental de Sergipe. In: NPGeo: “30 Anos de Contribuição à Geografia”. **Anais...**São Cristóvão/SE, 2013.

SANTOS, S. S. C.; HAMMERSCHMIDT, K. S. A. A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2012 jul-ago; 65(4): 561-5.

SERGIPE. Comitê Gestor do PAC. Investimento e ações do pac - balanço 4 anos: 2007 - 2010. 2011. Disponível em:
<<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/88423b6c4ddc7c16f7c5184478a67070.pdf>>. Acesso em 03/04/2018.

SILVA, Marcos Aurélio Santos da *et al.* Análise do empoderamento da sociedade civil no território rural sul sergipano por meio da análise estratégica. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 101-118, dez. 2017

SILVA JUNIOR, Joaquim Alves. Desafios e perspectivas do programa territórios da cidadania: o caso do território da cidadania Vale do Ribeira. **Dissertação (mestrado)**. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. 181 f. São Paulo, 2015.

SOBRAL, Ivana Silva; GOMES, Laura Jane. **Indicadores de sustentabilidade social nos projetos de assentamentos de reforma agrária em Sergipe**. s/l, 2013. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4521655.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro 2018.

Território do Baixo São Francisco Planeja 2012. **Baixo São Francisco de Sergipe - O Território da Diversidade, dez. 2011**. Seção de Notícias. Disponível em:
<<https://baixosaofrancisco-se.webnode.com.br/news/territorio%20do%20baixo%20s%C3%A3o%20francisco%20planeja%202012-/>> Acesso em 04/03/2018.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VALLÈS, J. **Ciencia Política: uma introducción**. Barcelona: Ed. Ariel, 2002.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. “Pensamento Sistêmico: uma epistemologia científica para uma ciência novo-paradigmática”. In: Congresso Brasileiro de Sistemas: “Despertando a consciência para a visão sistêmica: perspectivas para o século XXI”. **Anais... International Society for the Systems Sciences** – ISSS, FEARP/USP de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto/SP, 2005. Disponível em:
<<http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/arquivos/14.pdf>> Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

VISÚ, G. O programa territórios da cidadania: uma análise a partir do cone sul de Mato Grosso do Sul. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, Número 203, 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/territorio.html>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

WILBER, K. A batalha dos paradigmas. **THOT**, nº 52, 1989, p. 69-78.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO
EM PESQUISA

Pesquisa: Mapeamento das Ações Ambientais no Âmbito dos Territórios da Cidadania de Sergipe

Pesquisador responsável: André Luiz Rodrigues de Albuquerque Omena

Prezado Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa que busca avaliar em que medida a dimensão ambiental encontra-se contemplada nos quatro territórios da cidadania em Sergipe. Ressaltamos que, no caso de aceitar fazer parte desta pesquisa, o(a) senhor(a) responderá um formulário contendo questões sobre o tema mencionado.

As suas respostas serão gravadas para fins de registro e poderemos lhe fotografar para uso em trabalhos gráficos ligados a esta pesquisa, que poderão ser transmitidas e difundidas por prazo indeterminado, sem limites de território e sem que seja pago qualquer tipo de remuneração.

Esclarecemos, no entanto, que caso prefira, sua identidade será mantida em absoluto sigilo e que a assinatura deste termo não lhe impede de solicitar esclarecimentos sobre qualquer questão relacionada ao formulário, como também não interfere na sua opção por desistir de participar da pesquisa no momento que desejar.

Assim, se está claro para o(a) senhor(a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Local e data.

CPF:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

TERRITÓRIO:

Nº DO FORMULÁRIO:

DADOS DO INFORMANTE

NOME:

IDADE:

FORMAÇÃO:

INSTITUIÇÃO:

MUNICÍPIO REPRESENTADO:

PARTE 1 – AÇÕES CONSTANTES DO PTDRS

1. Quais as ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS? Especificar os municípios beneficiados.
2. De que maneira as ações constantes do plano foram selecionadas?
3. Quais das ações constantes do plano foram implementadas?
4. O que contribuiu para esse resultado?

MONTANTE DESTINADO ÀS AÇÕES

1. Qual o valor destinado às ações com enfoque ambiental contempladas no PTDRS?
2. Qual a origem dos recursos destinados a essas ações?
3. O montante de recursos destinado às ações ambientais no território foi suficientes?
4. Como atua o colegiado no sentido de acompanhar a utilização desses recursos?

PARTE 2 – ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO COLEGIADO

1. Quais as estratégias adotadas pelos colegiados no sentido de garantir a execução das ações ambientais propostas nos planos.
2. Quais as sugestões/proposições dadas pelo senhor(a) para construção do Plano Territorial?

3. No último ano quantas reuniões foram realizadas pelo colegiado junto ao Comitê de Articulação Estadual com o objetivo de alinhar as ações do plano e os meios para desenvolvê-las?
4. Quantos eventos (encontros, reuniões, seminários etc.) voltados à temática ambiental foram realizadas pelo colegiado no último ano?
5. O(a) senhor(a) participa de algum fórum/entidade voltado à temática ambiental?
6. De quantos cursos/eventos voltados à questão ambiental o(a) senhor(a) participou no último ano? Especificar: _____

7. Quantos municípios integrantes deste território se encaixam nas situações abaixo:
() Participa de Consórcio Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos
Especificar: _____
() Possui Plano de Saneamento Básico – Especificar _____

8. Quais das ações voltadas à preservação e conservação ambiental e manejo de recursos (abaixo relacionadas) foram implementadas pelos municípios que integram este território?
() criação de unidades de conservação - Especificar: _____
() legalização de reserva legal - Especificar: _____
() implantação de tecnologias mais limpas- Especificar: _____
() outras – Especificar: _____